

2016

RELATÓRIO E CONTAS

Águas do Lena



ÁGUAS  
DO LENA

## ÍNDICE

SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES .....	3
MENSAGEM DO PRESIDENTE .....	5
APRESENTAÇÃO DA EMPRESA .....	6
Breve Historial .....	6
Estrutura Acionista .....	7
Órgãos Sociais .....	7
MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO .....	8
Missão .....	8
Visão .....	8
Valores .....	8
Objetivos Estratégicos .....	8
SÍNTESE DA ATIVIDADE EM 2016 .....	10
Envolvente Exterior .....	10
Enquadramento Macroeconómico .....	10
Enquadramento Do Setor 2016 .....	12
Enquadramento Local .....	14
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	17
Organograma .....	17
Competências .....	18
Direção Técnica .....	18
Área Comercial .....	18
Área Técnica/Operacional .....	19
Recursos Humanos .....	20
Regras Societárias .....	21
PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2016 .....	22
Factos Relevantes .....	22
Desempenho do Sistema .....	24
ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA .....	32
Análise de Gastos e Rendimentos .....	32
Análise do Balanço .....	34
Indicadores .....	35
PERSPETIVAS PARA O FUTURO .....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	37
OUTRAS INFORMAÇÕES .....	38
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	39
CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016 E RESPETIVO ANEXO .....	40

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

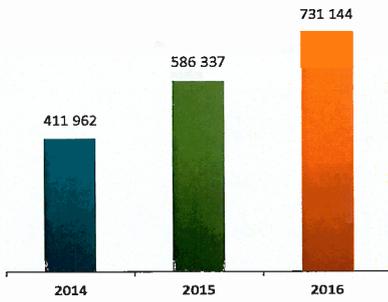
## SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

Síntese de Dados / Indicadores	2014	2015	2016
Capital Social (€)	625 000	625 000	625 000
Capital Próprio (€)	411 962	586 337	731 144
Ativo Líquido Total (€)	1 794 270	1 849 272	1 584 790
Investimento (€)	79 081	42 689	45 910
Volume de Negócios (€)	1 018 486	1 150 356	1 120 797
EBITDA Ajustado ( <i>Cash Flow</i> Operacional) (€)	192 709	356 522	318 316
EBIT (Resultado Operacional) (€)	103 309	250 343	202 670
Resultados Antes de Impostos (€)	66 358	226 634	186 838
Resultado Líquido do Exercício (€)	58 077	174 375	144 808
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	14,10%	29,74%	19,81%
Rentabilidade do Ativo (%)	3,24%	9,43%	9,14%
Autonomia Financeira (%)	22,96%	31,71%	46,14%
Nº de Colaboradores em 31 Dezembro	13	14	14
Nº de Clientes	7 702	7 744	7 780
Nº de Municípios Abastecidos	1	1	1
Área Geográfica Abrangida (Km <sup>2</sup> )	100	100	100
População Residente na Área Abrangida	15 805	15 805	15 805
População Servida	15 647	15 647	15 647
Volume de Água Disponível (10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> ) (I)	1 078	1 133	1 161
Volume de Água Vendida (10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> )	841	912	906

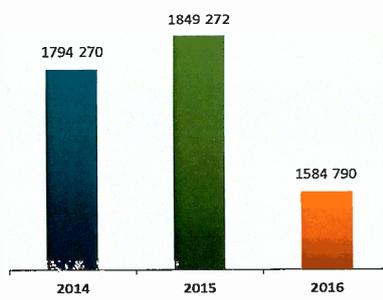
(I) Produzida + Comprada. Em 2016 a água comprada corresponde a 24,5% da água disponível

*John*  
*John*

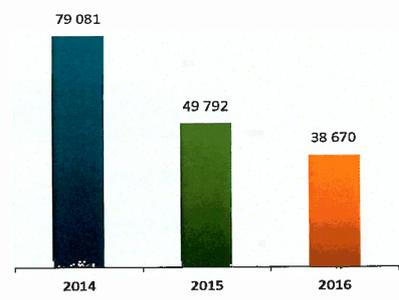
**Capital Próprio (€)**



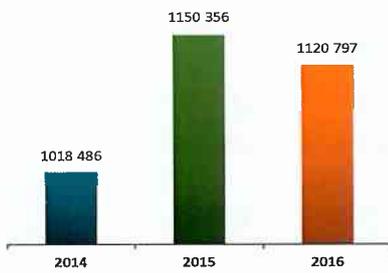
**Ativo Líquido Total (€)**



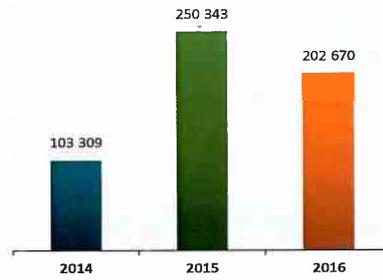
**Investimento (€)**



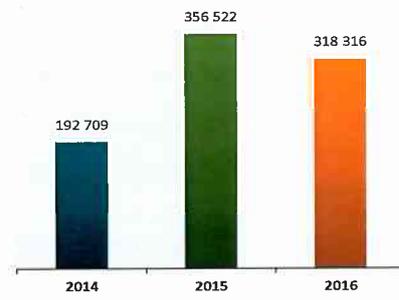
**Volume de Negócios (€)**



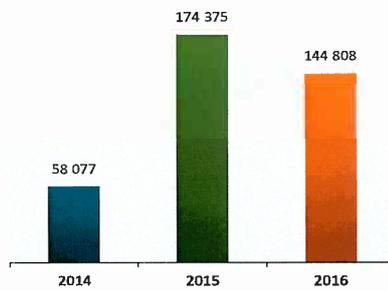
**EBIT (Resultado Operacional) (€)**



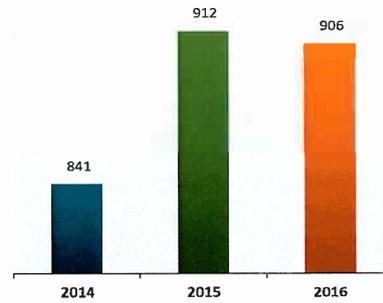
**EBITDA Ajustado (Cash Flow Operacional) (€)**



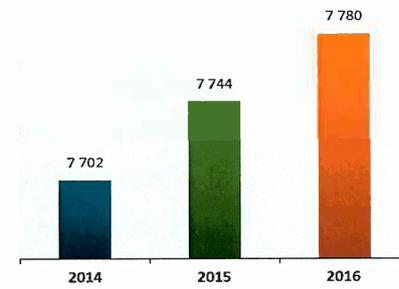
**Resultado Líquido do Exercício (€)**



**Volume de Água Vendida (x1000 m3)**



**Nº de Clientes**



## MENSAGEM DO PRESIDENTE

A concessão da Águas do Lena teve duas fases diferentes da sua vida, até 2010 a concessão sofreu grandes dificuldades marcadas por um profundo desequilíbrio económico-financeiro e consequentes problemas operacionais. Mas em finais de 2010 foi restabelecido o equilíbrio da concessão e a melhoria da performance técnica, operacional e económica foram, desde logo, visíveis.

De facto, em 2010 as perdas de água estavam nos 43,3%. Em 2011 esse valor desceu para os 35,4% e em 2016 as perdas de água atingiram o valor de 22%. Estas reduções de perdas de água resultam de um esforço contínuo da organização quer ao nível técnico – operacional, como ao nível comercial e financeiro. Reforçou-se muito o trabalho de monitorização de consumos noturnos e a realização de campanhas de deteção de fugas de água, ao nível comercial melhorou-se a determinação mensal de perdas de água por áreas de faturação e o acompanhamento do perfil de consumo dos clientes e perfis de consumos noturnos, através do sistema de telegestão, entre tantas outras operações necessárias à obtenção destes resultados. Tudo isto foi possível principalmente devido a um forte envolvimento de todos os colaboradores.

Quanto à performance económica e financeira, a empresa gerou, no ano de 2016, um Resultado Líquido positivo de 144.808 euros o que traduz uma redução face a 2015. Os Resultados Transitados da sociedade mantêm-se negativos em 2.621.143 euros e mantendo-se a situação não se prevê que este valor possa ser recuperado até ao final da concessão.

A redução na venda de água em 4,4% verificada no ano de 2016 e o decréscimo do Resultado Líquido levam a prever que a saúde financeira da empresa não venha a melhorar muito no futuro. Ainda assim, em 2016, a empresa celebrou 381 novos contratos, o que, face às 345 baixas verificadas, resultou num acréscimo de 36 clientes.

Para 2017, o principal objetivo centra-se na renegociação do contrato de concessão que permitirá a sua adaptação ao novo regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e gestão dos resíduos urbanos, nos termos do Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de agosto e às Recomendações Tarifárias da ERSAR. Os resultados alcançados apenas são possíveis num clima de respeito e cooperação entre todas as partes interessadas, o que tem sido prática neste Concelho e que nos dá confiança para melhorar continuamente e garantia de alcançar os objetivos definidos.



O Presidente do Conselho de Administração

Paulo Jorge Almeida Oliveira

## APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

### BREVE HISTORIAL

A Águas do Lena, S.A. foi constituída em 1996 na sequência do Concurso Público Internacional para a Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água para Consumo Público do Concelho da Batalha. A concessão teve início em 24 de janeiro de 1997, data da assinatura do contrato de concessão por um período de vigência de 15 anos.

No dia 29/12/2010 concretizou-se a renovação do contrato de “Concessão da Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água do Concelho da Batalha” por mais 8 anos a contar do dia seguinte ao término do período do contrato inicial (23/01/2012) de concessão, ou seja, decorrerá até ao dia 23/01/2020.

Desde o início da concessão a Águas do Lena, S.A. tem vindo a cumprir integralmente as suas obrigações decorrentes deste contrato, no interesse e satisfação do Concedente, da Câmara Municipal da Batalha, e dos Municípios a quem presta a seu serviço.

A empresa **Águas do Lena S.A.** foi constituída em 15 de Novembro de 1996, com um capital de 625.000€, actualmente detido na sua totalidade, pela **AQUAPOR**, em resultado da adjudicação do concurso público internacional para a: “Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento, e Distribuição de Água para Consumo Público do Concelho da Batalha”, tendo o contrato de concessão sido assinado em 24 de Janeiro de 1997, por um período de 15 anos. Em Dezembro de 2010 ocorreu o aditamento ao contrato, com a prorrogação por mais 8 anos.



Municípios Abrangidos  
**Batalha**

População Abrangida  
**16 mil habitantes**

Taxa de Atendimento  
**99% da população**

Principais Infraestruturas  
**8 Captações próprias**

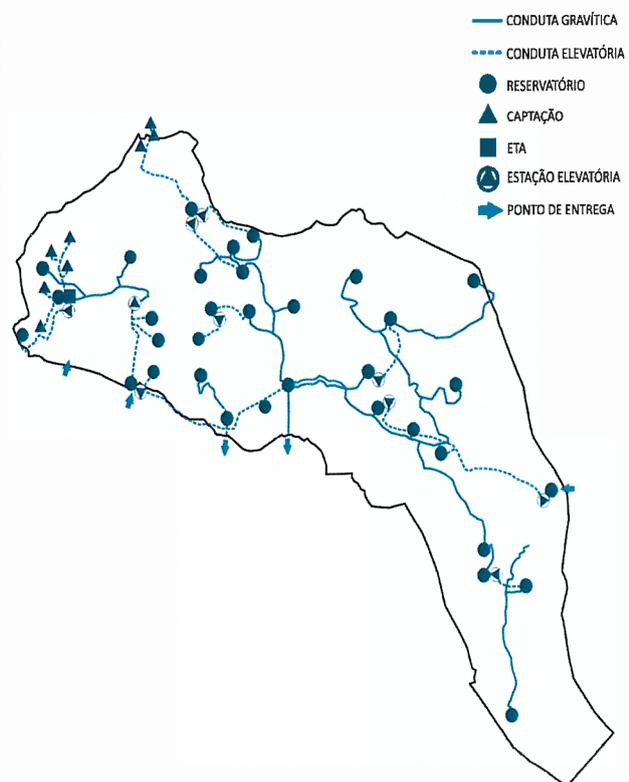
**2 Pontos de Entrega (compra)**

**2 Pontos de Entrega (venda)**

**9 Estações Elevatórias**

**34 Reservatórios (5.725 m<sup>3</sup>)**

**213 km de rede**



## Estrutura Acionista



A Águas do Lena é uma empresa com um capital de 625.000 euros, detida a 100% pela Aquapor – Serviços, S.A.

A empresa está inscrita na Conservatória do Registo Comercial da Batalha com o NIP 503778559 e tem sede em Lote 10 Célula B – 2440 Batalha.

## Órgãos Sociais

### Mesa da Assembleia Geral:

Sr. Gaspar Barbosa Borges – Presidente;  
Dr.<sup>a</sup> Susana Daniela Simões Braga – Secretário.

### Conselho de Administração:

Eng. Paulo Jorge Almeida Oliveira – Presidente;  
Dr. José António Ferreira dos Santos – Vogal;  
Dr. Joaquim de Jesus Carmo Gomes – Vogal.

### Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único: Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. representado por  
Dr. Paulo Jorge Luís da Silva  
Suplente do Fiscal Único: Dr. Ricardo Filipe de Frias Pinheiro.



## MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

### MISSÃO

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água de forma eficiente, garantindo a quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

### VISÃO

Representar a Aquapor na região, dando à marca Águas do Lena uma conotação de prestígio, confiança e preservação ambiental.

Ser uma empresa que transmita confiança aos seus Clientes na qualidade de água fornecida e onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar.

### VALORES

A Águas do Lena pretende manter uma cultura própria - transversal ao grupo Aquapor - através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo;
- Espírito de Equipa;
- Criação de valor;
- Respeito pelo ambiente;
- Responsabilidade Social;
- Estabilidade e Qualidade no Serviço.

### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

#### Global

- Garantir a satisfação de todos os stakeholders;
- Concedente: cumprimento integral do contrato e manter o relacionamento institucional;
- Clientes: garantir o fornecimento do produto “ água” em qualidade e quantidade;
- Fornecedores: garantir boas relações comerciais e institucionais;

- Colaboradores: garantir a implementação da cultura da empresa;
- Estado: cumprir com toda a legislação e regulação da atividade do negócio;
- Acionista: garantir resultado líquido satisfazendo o investimento.



### Recursos Humanos

- Motivar, envolver e dinamizar cada colaborador na concretização de um projeto que é de todos;
- Potenciar as competências da empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação;
- Assegurar o cumprimento do regulamento de Prevenção e Controlo de problemas relacionados com o consumo excessivo de álcool;
- Promover e implementar boas práticas a nível da segurança e saúde no trabalho, assegurando o cumprimento da legislação em vigor;
- Desenvolver uma cultura de mérito nos colaboradores, através de um sistema de avaliação de desempenho, que potencia a sua responsabilização nos resultados obtidos, através de objetivos alinhados com os objetivos estratégicos da empresa.

### Área Técnica

- Melhorar as condições de distribuição de água ao Concelho, com investimentos ao nível do Sistema de Abastecimento;
- Reduzir o número de consumos ilegais;
- Reduzir as perdas na rede de água;
- Aumentar a eficiência hídrica e energética;
- Manter os níveis de qualidade da água distribuída na torneira do consumidor.

### Área Comercial

- Promover a excelência na qualidade dos serviços prestados aos clientes finais e ao Município da Batalha;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado;
- Aumentar a confiança dos clientes nos serviços assegurados pela empresa.

### Área Financeira

- Maximizar a criação do valor;
- Maximizar os rendimentos operacionais;
- Otimizar os custos da estrutura;
- Minimizar os custos operacionais;
- Maximizar a liquidez da empresa.



## SÍNTESE DA ATIVIDADE EM 2016

### ENVOLVENTE EXTERIOR

#### ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

##### Geral

Em 2016, o PIB registou um crescimento real de 1,2% (1,5% em 2015), desacelerando a recuperação iniciada em 2013. Para esta evolução concorreu um contributo menos positivo da procura interna, particularmente do investimento e das exportações de bens e serviços.

As economias da Zona Euro continuaram a beneficiar de taxas de juro que atingiram mínimos históricos, tendo encerrado mesmo negativas para os valores de referência a três e seis meses; ambas as taxas tiveram uma redução de 0.19p.p e 0.18p.p. respetivamente.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores no fim do período):

	2014	2015	2016
<b>Euribor 1M</b>	0,02%	-0,23%	-0,38%
<b>Euribor 3M</b>	0,08%	-0,13%	-0,32%
<b>Euribor 6M</b>	0,17%	-0,04%	-0,22%
<b>Euribor 12M</b>	0,33%	0,06%	0,08%

Fonte: EMMI (valores de fim de período)

O preço do petróleo diminuiu face ao ano anterior, prolongando uma tendência observada nos últimos anos, situando-se o Brent abaixo dos 40Euros/Barril no final do ano de 2016.

Numa economia importadora de petróleo, como é o caso da economia portuguesa, a redução do preço do petróleo tem um impacto positivo sobre o crescimento do PIB, através da redução dos custos de produção e de transporte e da sua transmissão aos preços no consumidor. O impacto sobre os preços do consumidor reflete quer o efeito direto proveniente da redução do preço dos produtos derivados do petróleo quer o efeito indireto resultante da redução do custo de produção de outros bens.

##### Portugal

O atual ritmo de recuperação da economia portuguesa tem sido relativamente moderada, tendo em conta a contração dos últimos anos.

Em 2016, o **Índice de Preços no Consumidor (IPC)** registou uma variação média anual de 0.6%, o que representa um aumento de 0.1p.p face aos valores de 2015.

A taxa de variação média anual do **Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC)** situou-se em 0.8%, (aumento de 0.3p.p. face ao ano de 2015).



Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

	2014	2015	2016
PIB	0,9%	1,6%	1,5%
IPC	(0,3%)	0,5%	0,6%
IHPC	(0,2%)	0,5%	0,8%
Desemprego	13,9%	12,4%	11%
Consumo Privado*	2,1%	2,6%	2,1%
Consumo Público*	(0,1%)	0,8%	1,0%
Exportações*	2,9%	6,1%	3,7%
Importações*	5,3%	8,2%	3,5%

Fonte: Banco de Portugal e INE  
\* Dados 3 Trimestre de 2016

A taxa média de **desemprego** em 2016 ascendeu a 11%, menos 1.4p.p. do que no ano anterior.

A evolução das tarifas de **energia elétrica** de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra um aumento em todos os níveis:

	2014	2015	2016
Média Tensão	155	161	165
Baixa Tensão Especial	169	175	180
Baixa Tensão Normal	142	146	150

Fonte: ERSE; Em 2013 todos os preços apresentados correspondem a tarifas transitórias

A economia portuguesa tem mantido uma dinâmica de recuperação moderada desde 2013, e deverá continuar sustentada no dinamismo das exportações.

Neste enquadramento, as exportações de bens e serviços deverão registar um dinamismo superior ao da procura externa, tal como observado nos últimos anos. As exportações continuarão assim a ser a componente da procura global com maior contributo para o crescimento da atividade.

O maior dinamismo da economia portuguesa será sustentado por uma aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), baseada numa recuperação do investimento empresarial.

## ENQUADRAMENTO DO SETOR 2016

Em termos Nacionais, o PENSAAR 2020 constitui, desde 2014, o instrumento estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, com enfoque na gestão eficiente de recursos, na evolução do setor no sentido da melhoria da qualidade e excelência do serviço e no acesso das populações a um serviço público de abastecimento e saneamento adequado às suas necessidades e com custos socialmente aceitáveis.

Em 2016 destaca-se, pela sua relevância na alteração do sector empresarial relacionado, a reversão da reestruturação do sector da água, através da fusão dos sistemas multimunicipais de água e saneamento, ocorrida na anterior legislatura.

Releva-se, ainda, a tendência para a horizontalização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, procurando, no âmbito da gestão conjunta, a obtenção de economias de escala e a sustentabilidade dos sistemas.

### Portugal - Atividade do Setor 2016

Em Portugal existiam em 2016, 415 entidades gestoras, das quais 269 com atividade de abastecimento público de água, em “alta” e “baixa”, excluindo-se cerca de 43 microentidades formadas por Juntas de Freguesia ou Associações de Utilizadores), 266 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 281 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2016), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (174) e de população (5,1 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

Em relação ao ano anterior, regista-se uma diminuição no número de entidades, decorrente do processo de reestruturação do setor, através da fusão de concessões multimunicipais.

No panorama dos serviços de abastecimento de água em alta, o Grupo Aquapor destaca-se por deter a única concessão municipal atribuída no setor.

No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade também é o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 7 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.

Em relação ao ano anterior, à semelhança do abastecimento em “alta”, assinala-se uma diminuição no número de entidades, decorrente do processo de reestruturação do setor, através da fusão de concessões multimunicipais.

Nos serviços de saneamento de água em alta, o Grupo Aquapor destaca-se por deter uma das duas concessões municipais atribuída no setor.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	5	5	12
Concessões Municipais	1	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	8
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	-	-	-
Associações de Municípios	-	1	3
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	1	-	-
Serviços Municipais	1	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>23</b>

Fonte: ERSAR, RASARP, 2016

Na vertente da “baixa”, existem em Portugal, 301 entidades no abastecimento de água, repartidas por 8 modelos de gestão e 257 no saneamento de águas residuais, repartidas por 5 modelos de gestão.

Nos serviços de abastecimento de água em “baixa”, os serviços municipais são o modelo de gestão com maior representatividade, abrangendo 2,9 milhões de habitantes, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,3 milhões de habitantes, as concessões municipais com cerca de 2 milhões de habitantes e as empresas municipais ou intermunicipais, com 1,8 milhões de habitantes.

Ao nível do saneamento de águas residuais em “baixa”, os serviços municipais têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,7 milhões de habitantes e 191 municípios, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados (2,3 milhões de habitantes, em 20 concelhos), as empresas municipais ou intermunicipais (1,8 milhões de habitantes, em 28 concelhos), as concessões municipais (1,7 milhões de habitantes, em 23 concelhos) e as parcerias Estado/municípios (0,6 milhões de habitantes, em 18 concelhos).

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	-
Concessões Municipais	28	23	1
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	2	2	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	23	23	17
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	43	-	-
Associações de Municípios	-	-	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	20	18	7
Serviços Municipais	183	191	231
<b>TOTAL</b>	<b>301</b>	<b>257</b>	<b>258</b>

Fonte: ERSAR, RASARP, 2016

Em relação à **acessibilidade física dos serviços** de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em “baixa, de acordo com os parâmetros de qualidade da Entidade Reguladora (RASARP 2016), é considerada boa para o território continental, com exceção da acessibilidade em áreas mediantemente urbanas, considerada apenas satisfatória.

Abastecimento de água em Portugal continental   Serviço em baixa (para 99% das entidades)		Saneamento de águas residuais em Portugal continental   Serviço em baixa (para 95% das entidades)	
Área predominantemente urbana	100%	Área predominantemente urbana	97%
Área mediantemente urbana	95%	Área mediantemente urbana	80%
Área predominantemente rural	92%	Área predominantemente rural	70%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2016

Quanto às **perdas de água**, a média continental de água não faturada era de 29,8% (RASARP 2016).

## ENQUADRAMENTO LOCAL

Fundado em 18 de março do ano 1500, o Município da Batalha ocupa uma área cerca de 104 km<sup>2</sup>, sendo limitado a norte e oeste por Leiria a Leste por Ourém, a sueste por Alcanena e a sudoeste por Porto Mós.

No município da Batalha a população é agora de 15.805 habitantes, o que representa um incremento de cerca de 5,4% face a 2001.

No mesmo período, o número de alojamentos aumentou em 1509, existindo agora um total de 8.335 fogos.

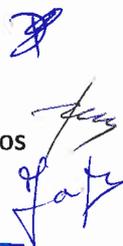
A Águas do Lena é Concessionária por um período de 23 anos, em regime de exclusividade do sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água para Consumo Público do Concelho da Batalha.

A concessão de abastecimento de água potável tem uma cobertura de serviço de cerca de 100%, servindo um município com cerca de 16 mil habitantes com grande dispersão geográfica.

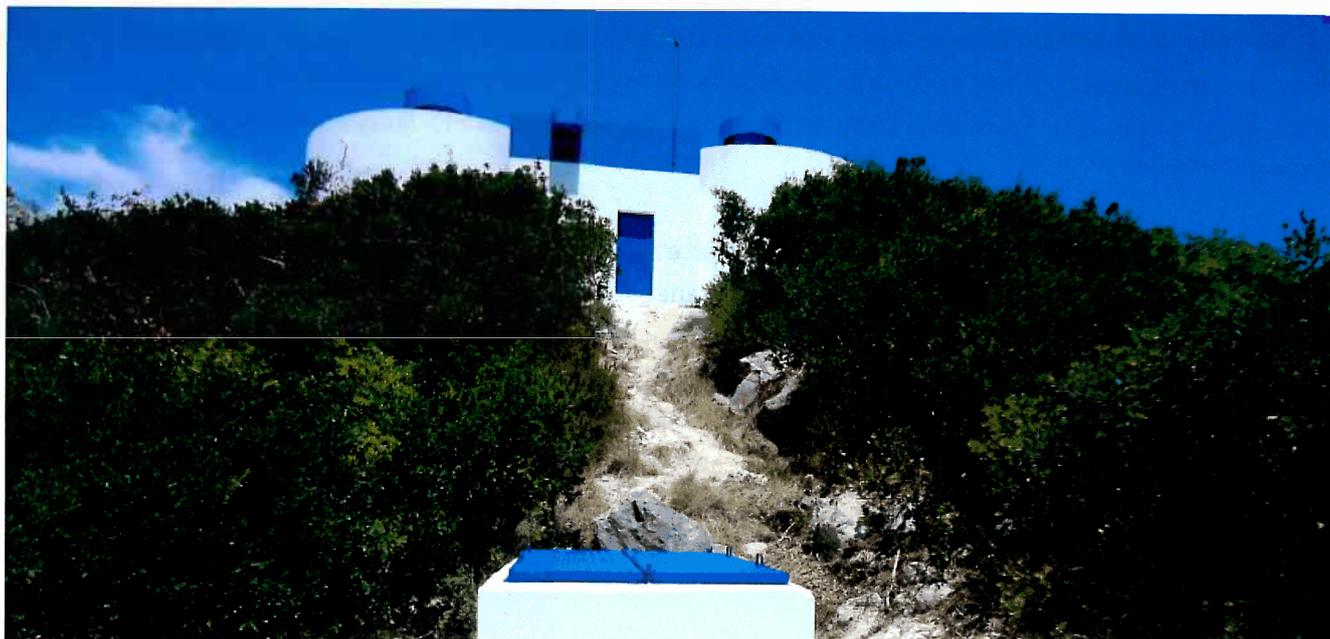
O segmento mais importante da nossa atividade situa-se no consumidor doméstico (73,3% de água fornecida), sendo o seu perfil de consumos ao longo do ano mais ou menos uniforme, com um consumo médio diário de 96,97 L/hab.

A implantação comercial e industrial tem um peso de 8,5% no número de contratos e 15,3% no volume de água vendida, correspondendo ao segundo segmento mais importante da nossa atividade.

As origens de abastecimento de água do sistema são do tipo Subterrâneas e Superficiais. O abastecimento à região do planalto de S. Mamede é assegurado pelo fornecimento em alta (tipo superficial) a partir da EPAL, sendo o restante município abastecido maioritariamente a partir de captações subterrâneas do próprio sistema e uma pequena parte pelo Município de Porto Mós de origem igualmente subterrânea.



É também fornecida água em alta ao Município de Porto Mós a partir do sistema de captação da zona dos Pinheiros e do Paúl que representa 4,1% do volume de negócios.



A água fornecida à população apresenta um bom padrão da qualidade, tendo-se registado uma percentagem de cumprimento de valores paramétricos de 100% relativo ao número de análises regulamentares.

As infraestruturas, assim como a rede de abastecimento são antigas, carecendo de investimentos que se encontram previstos no âmbito do plano de investimentos bianual fornecido pela Concessionária à Concedente. A concessionária tem, no entanto, vindo a fazer um esforço na sua modernização ao nível dos grupos de elevação, manutenção e renovação dos reservatórios, estações elevatórias e edifícios de apoio.

### Regulação

A atividade desenvolvida no âmbito da concessão da exploração do sistema de abastecimento de água do concelho da Batalha está regulada por:

- **Contrato de Concessão**, celebrado entre esta e a Concedente – Câmara Municipal da Batalha – na sequência de Concurso Público Internacional para a Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água para Consumo Público do Concelho da Batalha.

- O **Regulamento Municipal** do Sistema Público e Predial de Distribuição de Água do Concelho da Batalha que estabelece e define as regras e condições a que deve obedecer o sistema de distribuição público e predial de água do concelho da Batalha, de forma que seja assegurado o seu bom funcionamento, preservando-se a segurança e saúde pública, bem como as relações entre a Câmara Municipal da Batalha, a concessionária e os clientes.

Com a entrada em vigor do Decreto – Lei nº 194/2009 de 20 de agosto e a Portaria nº34/2011 de 13 de janeiro este regulamento foi revisto à Luz dos referidos diplomas, parecer da entidade reguladora ERSAR e apreciação

da Concedente. A sua entrada em vigor encontra-se pendente da adaptação do contrato ao referido decreto – lei.

- O **Tarifário de Abastecimento de Água**, que constitui outro instrumento de regulação da atividade, é revisto com uma periodicidade anual com base na fórmula de revisão de preços constante no contrato e entra em vigor após a sua aprovação pela Câmara Municipal da Batalha, sendo igualmente remetido à entidade reguladora ERSAR.

- Pela **Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, (ERSAR)**, entidade reguladora de todos os serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos e a autoridade competente para a qualidade de água para consumo humano.

Esta entidade realiza anualmente o ciclo de avaliação de desempenho das entidades gestoras, que decorre com o envio dos dados até 31 de março, posterior auditoria da ERSAR e validação final após contraditório.

Em 2016 a ERSAR deu continuidade à avaliação de desempenho referente ao ano de 2015, que é publicamente divulgada pela ERSAR através o RASARP.

Já a nível da qualidade da água, as entidades gestoras tem a responsabilidade de submeter em setembro de cada à ERSAR o Plano de Controlo da Qualidade da Água para o ano seguinte para aprovação.

- **Autoridade Concelhia de Saúde.** A atuação desta entidade abrange a atividade da concessão, através da vigilância sanitária da qualidade da água fornecida pela Aguas do Lena, que é feita de modo regular ao longo do ano. Para além dos ensaios realizados à água distribuída à população, a autoridade de saúde reúne-se periodicamente com a Aguas do Lena.

Em 2012 a comunicação de incumprimentos passou a ser realizada através de uma nova metodologia, conforme solicitação da Unidade de Saúde Pública -ACES Pinhal Litoral II, que até aquela data era realizada à Autoridade Saúde Local.

A partir de agosto de 2012 a Águas do Lena, reporta os incumprimentos verificados, bem como o seu seguimento e fecho, ao Delegado de Saúde do ACES Pinhal Litoral II, visando assim uma articulação direta com a unidade central, que avalia este tema.

Não obstante, este novo procedimento, a Águas do Lena mantém a comunicação simultânea à Autoridade de Saúde Local, mantendo a boa cooperação existente com essa entidade.

- **Agência Portuguesa do Ambiente**– Entidade que supervisiona a gestão dos recursos hídricos. Com uma periodicidade anual a Aguas do Lena tem a responsabilidade de reportar o volume de água captado no ano anterior e o os resíduos produzidos no âmbito da atividade.

*[Handwritten signatures]*

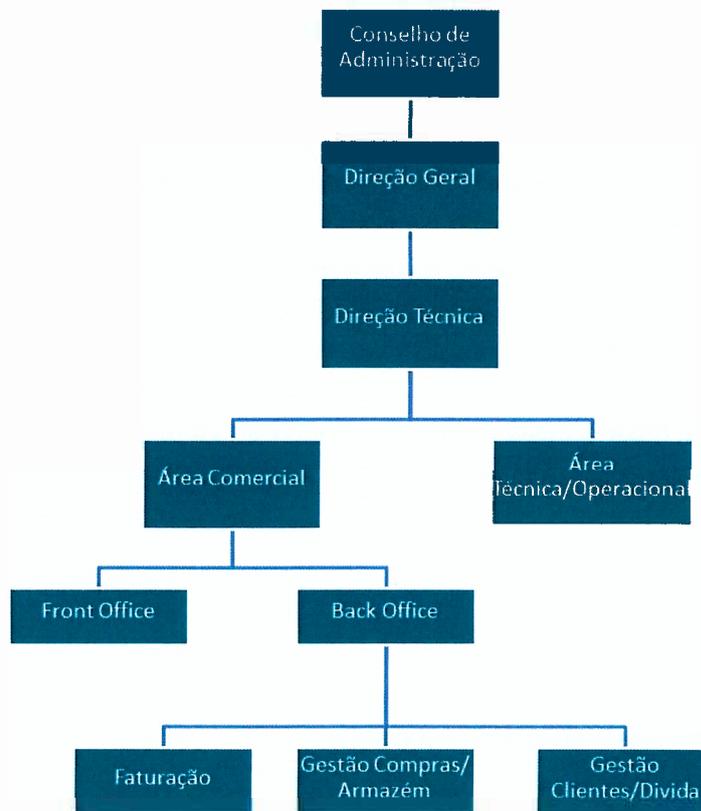
Para além das entidades anteriormente referidas, a atividade da empresa é também demarcada por contratos existentes com os seus clientes, de distribuição em “baixa” e em “alta” (Município de Porto de Mós), e fornecedores, assim como pela sua política de valores técnicos, ambientais e de responsabilidade social.



## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Águas do Lena integra-se na estrutura da Aquapor, sua acionista a 100%, que agrega empresas operadoras no mercado nacional com atividade essencialmente retalhista no sector de abastecimento de água e do saneamento de águas residuais. Esta estrutura foi constituída com os meios próprios e responsabilidades pelos resultados com uma gestão operativa descentralizada.

### Organograma



## Competências

O **Conselho de Administração** é composto por 3 elementos e é o órgão responsável pela gestão das atividades da sociedade. Compete-lhe a definição de linhas de orientação estratégica adotando formas de atuação conducentes com os objetivos pretendidos.

Compete ao **Administrador Executivo** a gestão corrente da Concessionária, a definição de objetivos, a execução de orçamentos e planos anuais de atividade, a aquisição e prestação de serviços, o controlo da exploração do Sistema de Abastecimento, o desenvolvimento de atividades necessárias ao cumprimento

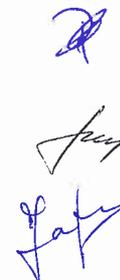
dos objetivos e a criação de condições de operacionalidade necessárias, a proposição de investimentos, a representação da Sociedade junto da Concedente, dos seus clientes, e de entidades representantes da Sociedade, e garantir o abastecimento ao Conselho nas devidas condições de qualidade, quantidade e continuidade.

## Direção Técnica

- Supervisionar e estabelecer em conformidades com as diretrizes emanadas da Administração, as linhas de atuação a nível da gestão financeira, recursos humanos e aprovisionamento;
- Colaborar com a Administração na elaboração do orçamento anual da empresa;
- Assegurar a implementação e cumprimento dos objetivos traçados pela Administração;
- Informar sobre a gestão da empresa e preparar a documentação de suporte às reuniões do Conselho de Administração;
- Elaborar e implementar os planos de controlo de qualidade da água (PCQA), e de controlo analítico operacional;
- Analisar os resultados do controlo analítico e implementar as mediadas necessárias para garantir a adequada qualidade da água na torneira do consumidor;
- Elaborar relatórios técnicos para o Município da Batalha, e demais informações solicitadas;
- Elaborar planos de investimentos bianuais a entregar ao Município;
- Efetuar o levantamento das necessidades de formação dos colaboradores das diferentes áreas;
- Assegurar o cumprimento das obrigações legais ao nível da higiene e segurança no trabalho;
- Elaborar e assegurar a implementação do plano de segurança de água;
- Efetuar o report anual dos indicadores de avaliação da qualidade de serviço prestado aos utilizadores e qualidade da água à ERSAR e manter as relações com esta última;
- Supervisionar e estabelecer as linhas de atuação do sector técnico – operacional.

## Área Comercial

- Supervisionar e estabelecer em conformidades com as diretrizes emanadas da Administração, as linhas de atuação das áreas de gestão de clientes e controlo de dívida, faturação, gestão de compras/armazém e de atendimento a clientes (Front Office);
- Analisar e elaborar respostas às reclamações dos clientes;
- Gerir os meios materiais e de pessoal afeta à área comercial;
- Efetuar o report dos indicadores comerciais;
- Assegurar as relações comerciais com clientes e fornecedores.



## Área Técnica/Operacional

- Gerir todas as captações, estações elevatórias, reservatórios e rede de abastecimento;
- Supervisionar o correto funcionamento dos equipamentos;
- Assegurar as ações de manutenção programadas dos equipamentos e de reparação de avarias;
- Analisar o rendimento da rede de abastecimento e tomar as medidas corretivas necessárias;
- Efetuar a pesquisa ativa de perdas de água;
- Efetuar a reparação de rotura na rede de abastecimento;
- Executar ramais de água, instalar e substituir contadores;
- Executar as folhas de ponto referente às solicitações de clientes;
- Efetuar a colheita de amostras no âmbito do PCQA;
- Realizar a manutenção e beneficiação geral dos reservatórios e estações elevatórias do sistema.

## Sector Faturação

- Efetuar a gestão dos giros de leitura;
- Emitir de faturas periódicas de fornecimento de água;
- Atualizar a base de dados dos clientes;
- Efetuar o report de perdas sectoriais;
- Efetuar o controlo de consumo dos maiores consumidores;
- Efetuar o levantamento do cadastro da rede ao nível de ramais de água;
- Analisar as leituras e identificar possíveis contadores parados;
- Executar pontos de serviço.

## Sector Gestão Compras/Armazém

- Efetuar a gestão de serviços solicitados pelo clientes;
- Proceder à emissão e controlo de folhas de obra de manutenção do sistema de abastecimento;
- Efetuar a gestão do armazém;
- Efetuar a prospeção comercial e económica de fornecedores;
- Efetuar a classificação de faturas de fornecedores e lançamento de despesas;
- Executar pontos de serviços;
- Efetuar o atendimento telefónico;
- Efetuar a gestão da caixa.

## Sector Gestão Clientes/Dívida

- Efetuar a gestão de correspondência;
- Efetuar a emissão das cartas de aviso de suspensão de fornecimento de água;
- Efetuar ao atendimento telefónico;
- Executar pontos de serviço;
- Proceder à faturação de serviços solicitados por clientes;
- Efetuar a rescisão de contratos de fornecimento de água por falta de pagamento;
- Efetuar a gestão de dívida de clientes/contencioso;
- Dar apoio ao sector Front Office no atendimento a clientes.



### Área Front Office

- Efetuar a cobrança de faturas periódicas de fornecimento de água;
- Realizar contratos de fornecimento de água e rescisões;
- Proceder à emissão de pontos de serviço solicitados por clientes;
- Prestar esclarecimentos solicitados por clientes;
- Controlar os recebimentos por agentes de cobrança.

### Recursos Humanos

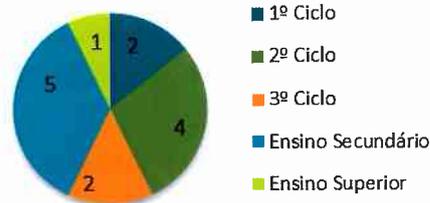
Em 31 de dezembro de 2016 a empresa tinha 14 colaboradores distribuídos, em termos de vínculo contratual, da seguinte forma:

Tipo Contrato	2014	2015	2016
Contrato sem Termo	12	13	13
Contrato Termo Certo	1	1	1
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>14</b>

Tipo Contrato	Saídas`16	Admissões`16
Contrato sem Termo	0	0
Contrato Termo Certo	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

A distribuição dos colaboradores por níveis de habilitações era, no final de 2016 a seguinte:

Nível Habilitações	Homens	Mulheres	Total
1º Ciclo	2	0	2
2º Ciclo	4	0	4
3º Ciclo	2	0	2
Ensino Secundário	4	1	5
Ensino Superior	0	1	1
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>14</b>



A distribuição dos Recursos Humanos existentes por qualificação profissional foi a seguinte:

Nível Qualificação	Homens	Mulheres	Total
Quadros Superiores	0	1	1
Quadros Intermédios	1	0	1
Profissionais Qualificados	11	1	12
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>14</b>



Quanto ao nível de antiguidade verificou-se a seguinte distribuição dos colaboradores:

Nível Antiguidade	Homens	Mulheres	Total
0 a 5 anos	2	0	3
5 a 10 anos	6	0	6
10 a 15 anos	1	1	2
> 15 anos	3	1	4
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>14</b>

O nível etário médio é de 44 anos, verificando-se a seguinte distribuição dos colaboradores:

Nível Etário	Homens	Mulheres	Total
30 a 34 anos	2	0	2
35 a 39 anos	1	0	1
40 a 44 anos	2	2	4
45 a 49 anos	5	0	5
55 a 59 anos	1	0	1
> 60 anos	0	0	0
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>14</b>

## Regras Societárias

A empresa rege-se pelo definido no seu pacto social. A Assembleia reúne obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano, nos termos do disposto no artigo trezentos e setenta e seis do Código das Sociedades Comerciais e sempre que requerida por um ou mais acionistas com capacidade para o fazerem.

A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três membros, e que reúne mensalmente. A gestão corrente da sociedade é realizada por um Administrador Executivo.

As regras definidas pela AQUAPOR, através das comunicações internas, estabelecem os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da atividade da empresa, em particular do controlo orçamental, regras contabilísticas, pessoal e limite de competências para a aprovação de compras e realização de investimentos.

## Factos Relevantes

Em 2016 a qualidade da água continuou a registar um elevado cumprimento dos valores paramétricos estabelecidos na legislação, correspondendo a 100% de água segura, o que comprova a excelente qualidade da água fornecida à população.

No âmbito da temática da qualidade da água, em 2016 a Águas do Lena deu início á revisão do Plano de Segurança da Água que foi estabelecido de carácter voluntário para a zona de abastecimento de Pinheiros dado que o sistema de abastecimento não abrange o numero de habitantes previsto no Decreto -Lei 164/2009 para a obrigatoriedade da sua implementação. Esta revisão resultou da necessidade de adaptar o PSA à estratégia definida pela OMS, designadamente em harmonizar a implementação dos planos de segurança enquadrados na análise de risco, que vão passar a ser obrigatórios para todos os sistemas de abastecimento.

O esforço crescente e continuo da organização em ir ao encontro das expectativas do cliente constituiu outro ponto fulcral de 2016, onde se passou a disponibilizar a aplicação **myAQUA**®, gratuita para smartphones, que permite ao cliente consultar e gerir os dados do seu contrato, consultar as suas faturas, comunicar as suas leituras e receber alertas de acordo com as suas preferências.

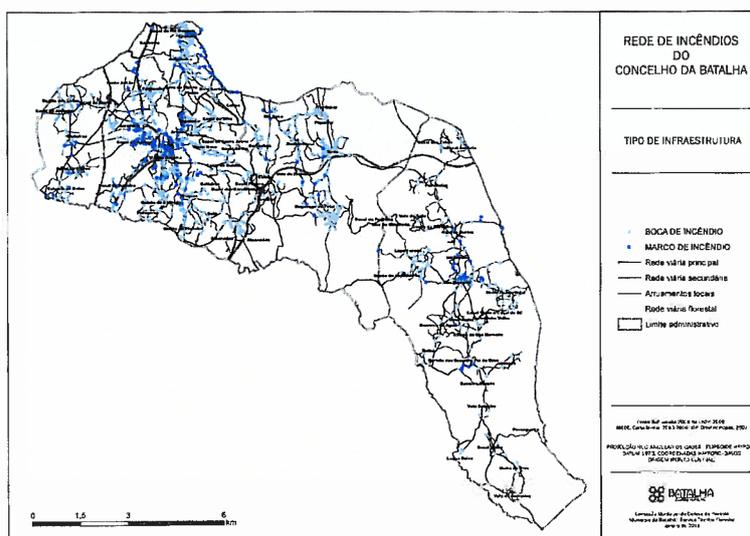


O número de reclamações relativamente baixo e de tendência de redução registados nos últimos anos constitui outro ponto de evidencia do nível de satisfação dos clientes na qualidade do serviço prestado.

Por outro é de realçar a inversão na tendência da redução do numero de cliente pelo segundo ao consecutivo, com impacto mais significativo na classe comércio e industria.

No domínio da **gestão de infraestruturas**, a Águas do Lena deu continuidade ao trabalho desenvolvido nos anos anteriores, o qual se centrou em intervenções de reabilitação e beneficiação de reservatórios e estações elevatórias, instalação/substituição da válvula de seccionamento e ventosas na rede de abastecimento, revisão de redutoras de pressão, renovação de ramais de água e modelação de pressões na rede.

Por outro lado, foi realizada uma validação da rede de incendio do sistema de abastecimento do Concelho pela verificação do estado de funcionamento e conservação dos marcos e bocas de incêndio em colaboração com a Câmara Municipal da Batalha e os Bombeiros Voluntários da Batalha. Simultaneamente foi efetuada a identificação geográfica da rede de incendio que servirá como input para o cadastro da rede.

A nível do cadastro, em 2016 foram intensificados os trabalhos de levantamento do cadastro da rede tendo-se afetado, a tempo parcial, mais um colaborador da área comercial no projeto ao nível de levantamento dos ramais de água. Para a concretização deste projeto foi também realizada formação no sistema de informação geográfica QGIS.

A empresa deu continuidade à sua política de renovação do parque de contadores de acordo com a sua antiguidade, intensificando por outro lado a ações de fiscalização ao estado de funcionamento dos mesmos de forma a identificar mais atempadamente contadores que não estejam em perfeitas condições de funcionamento.

A nível de água aduzida ao sistema, em 2016 registou-se um volume de 1.160.945 m<sup>3</sup> correspondendo um incremento de cerca de 2,6% quando comparado com 2015, que resultou do agravamento das perdas de água, já que a venda de água registou uma redução de 0,7%.

O aumento do número de roturas em conduta, (2016 registaram -se 91 roturas e em 2015 66) e as dificuldades sentidas na sua localização constituíram os principais motivos para o aumento do volume de água perdida. Assim neste âmbito e pelo facto do contrato de concessão da Batalha se tratar de um contrato de 1<sup>o</sup> geração foram identificadas as necessidades de renovação de condutas onde se registaram agravamento do estado de conservação no plano de investimento para ao próximo biénio 2017 – 2018 que foi entregue à Câmara Municipal da Batalha no mês de setembro/2016.

Foram igualmente criadas competências dentro da equipa dos serviços técnicos no âmbito da deteção de fugas.

Por ultimo é de salientar a entrada em funções da comissão de acompanhamento, constituída no âmbito da entrada em vigor do Decreto – Lei nº 194/2009 de 20 de agosto.

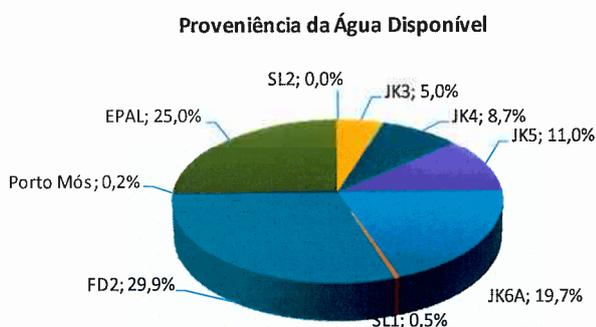
## Desempenho do Sistema

Durante o ano de 2016 o volume de água captado pela Aguas do Lena foi de 876.655 m<sup>3</sup> representado um aumento do volume de 3,6% no volume de água de origens próprias em relação a 2015 (847.418 m<sup>3</sup>).

Em termos de água adquirida ao Município de Porto de Mos e à EPAL, registou-se um volume de água de 284.290 m<sup>3</sup>, sensivelmente o mesmo volume que em 2015 (284.972m<sup>3</sup>).

Nos gráficos seguintes são apresentadas as contribuições percentuais de cada origem, seja captada ou adquirida a terceiros.

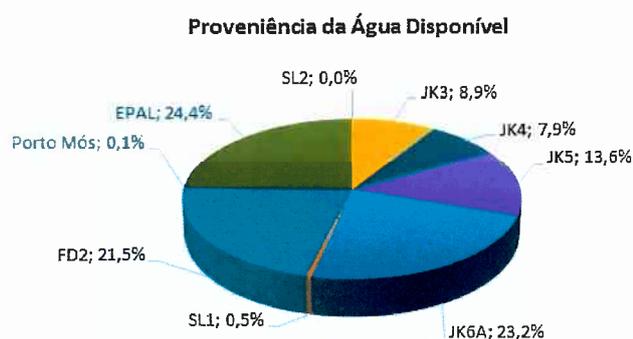
### Ano 2015:



### Água Produzida vs Água Comprada



### Ano 2016:



### Água Produzida vs Água Comprada



Constata-se que as origens próprias têm um peso de 75,5%, enquanto a água adquirida a outras entidades é de 24,5%.

Já em relação ao rendimento do sistema, regista-se um incremento de perdas de água face ao ano anterior de 2,5p.p. correspondendo a um volume de 34.308 m3.

### Gestão dos Ativos

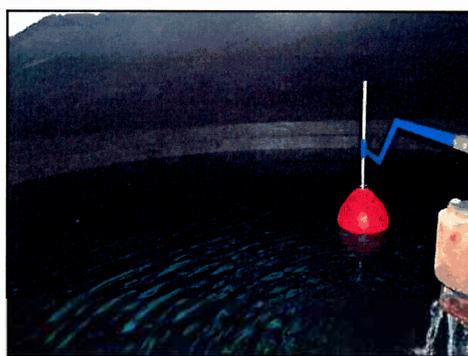
Para assegurar o rendimento da rede e o desenvolvimento do sistema de abastecimento, e globalmente a qualidade do serviço, no decorrer de 2016 foram promovidas diversas intervenções nas vertentes técnico-operacional, económico-financeira, comercial e organizacional.

Na vertente técnica – operacional destacam-se a gestão da água aduzida ao sistema no sentido de assegurar o consumo dos caudais mínimos estabelecidos contratualmente, bem como os investimentos realizados pela Águas do Lena, na rede de abastecimento ao nível da modelação da pressão na rede, pela instalação de andares de redução de pressão, sectorização da mesma pela instalação de válvulas de seccionamento e instalação de contadores gerais.

Foi também apresentado à Concedente, Câmara Municipal da Batalha o plano de investimentos para o próximo biénio 2017 – 2018, considerados prioritários para a melhoria de eficiência e eficácia do sistema.



Reservatório Casal Suão - Exterior



Reservatório Casal Suão - Interior



Estação Elevatório da Portela das Cruzes - Exterior



Estação Elevatório da Portela das Cruzes - Interior

*Handwritten signature and initials*

A nível de intervenções na rede, regista-se a instalação de **26** válvulas de seccionamento e **14** substituições.

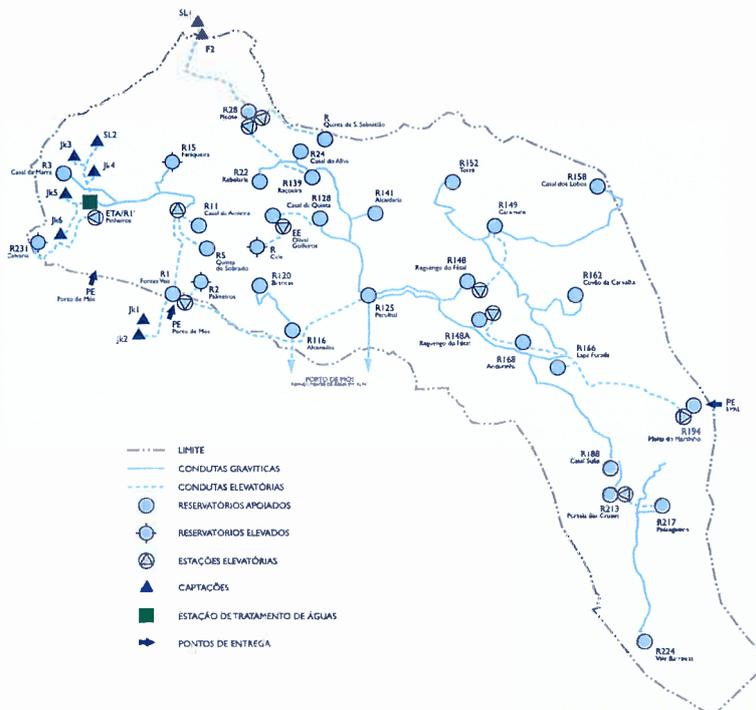
Foram também renovados **88** ramais de água ao longo da rede de abastecimento, representado 1,4% do total de ramais.

Em termos de reparação de roturas, em 2016 registaram-se **91** reparações em conduta e **58** em ramais, perfazendo um total de 149. Comparativamente com o ano anterior, em 2016 registou-se um agravamento no numero de roturas em conduta em 38% .

O **parque de contadores** foi renovado em cerca de **4,2%** do total de contadores instalados o que corresponde a 328 substituições de contadores.

Na vertente comercial e organizacional, destaca-se a manutenção dos métodos de controlo de perdas físicas e comerciais e das atividades de inspeção com especial incidência nos clientes com consumo Zero, e seguimento de contratos com maior consumo.

### Esquema de abastecimento de água ao Concelho da Batalha



## Perdas de Água

Em 2016 registou-se uma percentagem de perdas de água de 22% que face a 2015 (19,5%) traduziu-se num incremento em 2,5 p.p. e que resultou em parte do agravamento no número de roturas ocorridas em conduta e das dificuldades sentidas na sua localização.

Ao longo do ano deu-se continuidade a um conjunto de ações desenvolvidas em 2015 que incidiram essencialmente em:

Instalação de contadores gerais;

Determinação da percentagem de perdas por áreas com base na água faturada;

Monitorização de consumos noturnos, onde a percentagem de perdas de água assume valores mais relevantes;

Campanha de deteção de roturas na rede de abastecimento que incidiram em 20 localidades do Concelho.

Instalação válvulas de seccionamento para uma melhor sectorização da rede;

Instalação de VRP para regularizar a pressão na rede;

Instalação de ventosas ao longo da rede;

Renovação parcial do parque de contadores;

Reforço das ações de fiscalização com especial incidência nos clientes com consumo zero;

Monitorização mensal dos Maiores consumidores.

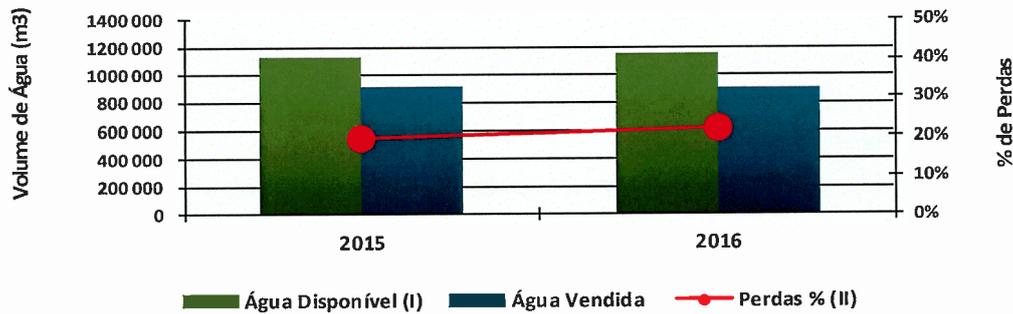
A Águas do Lena, em 2017 irá dar continuidade aos trabalhos de determinação de percentagem de perdas de água por área de faturação e monitorização dos consumos noturnos de forma a identificar e centralizar-se nas áreas geográficas onde a percentagem de perdas de água assume valores mais relevantes. Por outro lado, irá dar igualmente continuidade ao estudo do histórico de consumos de clientes e reforçar a atividade de inspeção. Com estas ações pretende-se melhorar o rendimento da rede.

Volume de Água (m3)	2014	2015	2016	Varição 2015/16
Água Disponível (I)	1 078 114	1 132 546	1 160 945	2,5%
Água Vendida	841 384	911 668	905 759	(0,6%)
Perdas % (II)	22,0%	19,5%	22,0%	12,7%

(I) Produzida + Comprada (em 2016 a água comprada corresponde a cerca de 24,5%)

(II) inclui perdas físicas, económicas e outras de carácter operacional

### Evolução das Perdas



### Qualidade da Água para Consumo Humano

A Qualidade da Água continua a ser um ponto com um excelente padrão de qualidade no concelho da Batalha, verificando-se um elevado cumprimento dos valores paramétricos estabelecidos na legislação correspondendo a 100% de água segura.

A atividade de monitorização da qualidade da água desenvolveu-se de acordo com o programa de controlo de qualidade da água (PCQA), que compreende a vertente do controlo legal como entidade gestora em Alta e em Baixa, anualmente aprovada pela ERSAR, e a vertente de controlo operacional.

O programa de controlo da qualidade da água (Entidade Gestora em Alta e em Baixa) estabelecido de acordo com o Decreto-Lei nº36/2007 de 27 de agosto foi totalmente cumprido mediante a realização de 60 controlos de rotina I, 22 controlos de rotina II e 6 Controlos de inspeção

Em termos de resultados analíticos, em 2016 não se registaram incumprimentos, num total de 680 determinações regulamentares realizadas em 56 pontos de amostragem.

Numa vertente complementar foi desenvolvido um programa de controlo operacional, com o objetivo de rastrear a qualidade da água de modo mais abrangente, permitindo assim atuar de modo preventivo no processo de controlo da qualidade da água, promovendo a melhoria contínua.

Foram assim realizados um conjunto de ensaios, que permitiram:

- otimizar o doseamento do agente desinfetante
- avaliar a qualidade da água na etapa de armazenamento

O controlo operacional envolveu a realização de controlos de rotina I em 29 reservatório do sistema, medições de teor de cloro ao longo da rede e nos pontos de cloragem.

Do controlo analítico realizado aos reservatórios do sistema registaram-se 87 determinações, tendo-se obtido resultados de acordo com os VMA'S estabelecidos na legislação em vigor. Das medições de campo realizadas ao cloro residual registaram-se 157 medições.

Em 2016 a Águas do Lena deu conhecimento público, nos termos legais, dos resultados das análises efetuadas para o controlo da qualidade da água fornecida, através da sua colocação no Posto de Atendimento da Empresa, sob a forma de edital trimestral com o apoio da Câmara Municipal da Batalha e através da página da Internet. Procedeu-se igualmente à divulgação dos resultados analíticos junto da Entidade de Saúde Local e da entidade gestora em Alta Município de Porto de Mós. Foram igualmente enviados com uma periodicidade mensal os relatórios de ensaio a cada um dos clientes selecionados, no âmbito do PCQA.

Anualmente até 31 de março do ano seguinte, os resultados da qualidade da água são igualmente fornecidos à Entidade reguladora, ERSAR, a qual procede à sua divulgação nacional, sob a forma de Relatório Anual (RASARP).

Apresenta-se seguidamente uma síntese dos dados da qualidade da água referente a 2016.

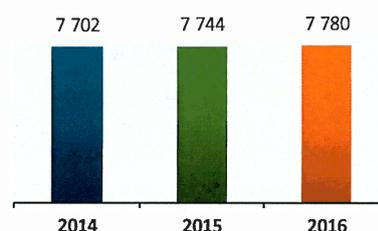
População Abrangida	15805
População Servida	15647
Nº de Zonas de abastecimento	4
Nº de análises regulamentares	680
Nº de análises - controlo operacional	244
% de análises em falta	0
% de análises em incumprimento	0,15%

## Área Comercial

Em 2016 a empresa celebrou 381 novos contratos o que, face às 345 baixas de contratos verificadas, resultou num incremento de 36 clientes, tal como podemos observar no quadro seguinte:

Novos Contratos	381
Baixas de Fornecimento	345
<b>Varição no nº de Clientes</b>	<b>36</b>

Número de Clientes



Este incremento, justifica-se provavelmente pelo facto do concelho da Batalha apresentar alguma oferta a nível de emprego e do mercado imobiliário de arrendamento e de ser um concelho apelativo para a fixação de novos habitantes.

O Volume de Negócios registou a seguinte evolução:

(em euros)

Vendas e Prestações de Serviços	2014	2015	2016	Varição 2015/16
Venda de Água	641 177	764 034	730 367	(4,4%)
Taxa de Disponibilidade	310 473	320 220	326 578	2,0%
<b>Total Vendas de Água + Taxa Disp.</b>	<b>951 650</b>	<b>1 084 254</b>	<b>1 056 945</b>	<b>(2,5%)</b>
Ramais (Abertura)	15 534	13 997	12 653	(9,6%)
Outros Serviços	51 301	52 105	51 199	(1,7%)
<b>Total das Prestações de Serviços</b>	<b>66 836</b>	<b>66 102</b>	<b>63 853</b>	<b>(3,4%)</b>
<b>Total de Volume de Negócios</b>	<b>1 018 486</b>	<b>1 150 356</b>	<b>1 120 797</b>	<b>(2,6%)</b>

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

O Volume de negócios da Concessão regista uma redução de 2,6% face a 2015. Este decréscimo resulta essencialmente da redução da venda de água, com especial incidência na classe indústria e pela redução nas prestações de serviços.

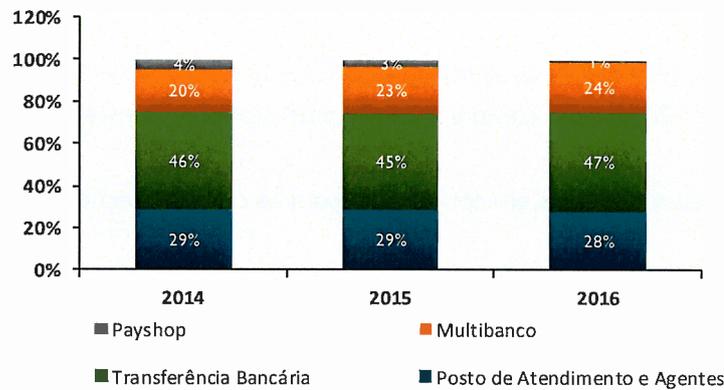
No que se refere a detalhe sobre clientes, a Empresa serviu diversos segmentos dos quais se destaca o segmento doméstico que representa 86,8% dos contratos existentes, sendo responsável pelo consumo de 73,3% da água vendida, seguido da classe comércio e indústria que representam 8,5% dos contratos e 15,3% do volume de água. Em termo de peso no volume de venda de água quando comparado com o no anterior verifica-se uma redução na classe comércio e indústria em detrimento da classe doméstica em 1,4%.

Tipo do Cliente	Volume Vendido (m <sup>3</sup> )	Peso no Total (%)	Valor da Venda (€)	Tarifa Média (€)	Nº de Clientes	Peso no Total (%)
Doméstico	564 919	73,3%	733 044	1,30	6 754	86,8%
Comércio e Indústria	118 290	15,3%	182 223	1,54	660	8,5%
Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	46 164	6,0%	35 352	0,77	181	2,3%
Instituições de Utilidade Pública	21 554	2,8%	14 960	0,69	69	0,9%
Obras	5 119	0,7%	18 571	3,63	81	1,0%
Outros	14 793	1,9%	29 769	2,01	32	0,4%
<b>Água em Baixa</b>	<b>770 839</b>		<b>1 013 919</b>		<b>7 777</b>	
<b>Água em Alta</b>	<b>134 920</b>		<b>43 026</b>		<b>3</b>	
<b>Total</b>	<b>905 759</b>		<b>1 056 945</b>		<b>7 780</b>	

A nível da modalidade de pagamento, em 2016 a modalidade escolhida pela maioria dos clientes centrou-se na transferência bancária e na modalidade do posto de atendimento/agentes seguindo-se-lhe a modalidade por multibanco. A modalidade de pagamento por *Payshop* regista valores de aderência manifestamente baixos.



**Modalidades de Pagamento (peso %)**



Refira-se ainda que, foram realizadas 278 suspensões de fornecimento e 30 rescisões unilaterais, correspondentes à falta de regularização de dívida de clientes.

#### Relações com o Concedente

As relações com a Concedente centraram-se fundamentalmente em assuntos relacionados com o abastecimento de água aos Municípios, nomeadamente no que respeita às melhorias e investimentos no sistema do Concelho, necessários para melhorar a distribuição, em termos de qualidade e quantidade.

Centraram-se igualmente no Reporte anual da atividade desenvolvida ao nível técnico-comercial, operacional e de qualidade da água.

#### Relações com Outros Interessados no Desempenho da Sociedade

Nas relações com outros interessados no desempenho da comunidade a Águas de Lena, S.A. privilegiou o contacto com diversos agentes com responsabilidades na Sociedade, designadamente com entidades da Administração Pública, Juntas de Freguesia do Concelho (Batalha, Reguengo do Fétal, Golpilheira e São Mamede), com as autoridades de Saúde, representada pela figura do seu Delegado e agentes de cobrança.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

### Nota Introdutória:

A análise económica e financeira que se apresenta de seguida sintetiza os resultados alcançados pela Águas do Lena, S.A., no exercício de 2016, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2016.

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas a este relatório.

### Análise de Gastos e Rendimentos

Demonstração dos Resultados	2014	2015	2016	(em euros)	
				Var.	%
Vendas	951 650	1 084 254	1 056 945		(2,5%)
Prestações de Serviços	66 836	66 102	63 853		(3,4%)
Volume de Negócios	1 018 486	1 150 356	1 120 797		(2,6%)
CMVMC	162 858	151 077	167 449		11%
Fornecimentos e Serviços Externos	465 551	448 292	420 048		(6,3%)
Gastos com o Pessoal	210 077	208 810	217 557		4%
Outros Resultados Operacionais	16 536	17 162	5 272		(69,3%)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)</b>	<b>196 536</b>	<b>359 339</b>	<b>321 015</b>		<b>(10,7%)</b>
Amortizações	93 227	108 996	118 345		9%
<b>Resultado operacional (RO)</b>	<b>103 309</b>	<b>250 343</b>	<b>202 670</b>		<b>(19,0%)</b>
Resultados Financeiros	(36 951)	(23 709)	(15 832)		33%
<b>Resultados Antes de Impostos</b>	<b>66 358</b>	<b>226 634</b>	<b>186 838</b>		<b>(17,6%)</b>
Imposto Sobre o Rendimento	8 281	52 259	42 031		(19,6%)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>58 077</b>	<b>174 375</b>	<b>144 808</b>		<b>(17,0%)</b>

A empresa gerou, no ano de 2016, um Resultado Líquido positivo de 144.808 euros, que representa uma redução de 29.567 euros face ao ano anterior. Esta variação deve-se principalmente à diminuição das vendas e prestações de serviços em 30 milhares de euros.

*Handwritten signature and initials*

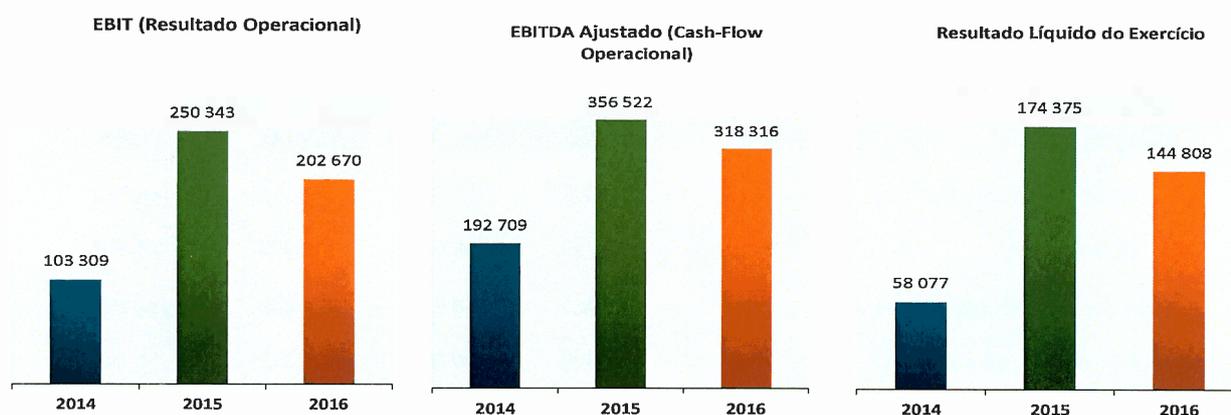
Demonstração dos Resultados	2014	2015	2016	Var.
				%
EBITDA Ajustado ( <i>Cash-Flow</i> Operacional)	192 709	356 522	318 316	(10,7%)
Margem EBITDA Ajustado	18,92%	30,99%	28,40%	(0,1 p.p.)
EBIT (Resultado Operacional)	103 309	250 343	202 670	(19,0%)
Margem EBIT	10,14%	21,76%	18,08%	(0,2 p.p.)

EBITDA Ajustado = Resultado Operacional + Amortizações - Provisões - Imparidades

Margem EBITDA Aj = EBITDA Aj / Volume de Negócios

Margem EBIT = EBIT / Volume de Negócios

O EBITDA Ajustado (*Cash-Flow* Operacional) e o EBIT (Resultado Operacional) registaram um decréscimo de 11% e 19% respetivamente.



O volume de negócios apresenta uma diminuição de 2.6%, que se subdivide em:

- Redução das vendas em 2.5%: A venda de água diminuiu 0.6% face a 2015, com impacto mais significativos dos clientes domésticos e do setor industrial.
- Redução de 3.4% nas prestações de serviços, com maior impacto na redução de ramais.

O aumento das amortizações em 8.6% é consequência do investimento efetuado em 2016 e do aumento do peso dos caudais faturados na amortização dos ativos intangíveis.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## Análise do Balanço

(em euros)

Balanço	2014	2015	2016	Var.
				%
<b>Ativo</b>				
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	634 935	567 003	493 388	(13,0%)
Outros	0	37	96	160,1%
<b>Total dos Ativos não Correntes</b>	<b>634 935</b>	<b>567 040</b>	<b>493 484</b>	<b>(13,0%)</b>
Contas a Receber	806 789	814 446	807 142	(0,9%)
Outros	352 547	467 786	284 164	(39,3%)
<b>Total dos Ativos Correntes</b>	<b>1 159 335</b>	<b>1 282 232</b>	<b>1 091 306</b>	<b>(14,9%)</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>1 794 270</b>	<b>1 849 272</b>	<b>1 584 790</b>	<b>(14,3%)</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>				
<b>Capital Próprio</b>	<b>411 962</b>	<b>586 337</b>	<b>731 144</b>	<b>25%</b>
Financiamentos Obtidos	750 000	550 000	361 111	(34,3%)
Outros	18 230	14 822	11 358	(23,4%)
<b>Total dos Passivos não Correntes</b>	<b>768 230</b>	<b>564 822</b>	<b>372 469</b>	<b>(34,1%)</b>
Financiamentos Obtidos	200 000	200 000	83 333	(58,3%)
Contas a Pagar	414 078	498 114	397 843	(20,1%)
<b>Total dos Passivos Correntes</b>	<b>614 078</b>	<b>698 113</b>	<b>481 176</b>	<b>(31,1%)</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>1 382 308</b>	<b>1 262 935</b>	<b>853 645</b>	<b>(32,4%)</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>1 794 270</b>	<b>1 849 272</b>	<b>1 584 790</b>	<b>(14,3%)</b>

O total do **Ativo** atingiu, no final de 2016, o montante de 1.58 milhões de euros, valor inferior em 14.3% ao registado no final de 2015.

A redução de 13,0% dos **Ativos não Correntes**, é justificada pela amortização dos ativos intangíveis da concessão. A redução de 14.9% dos **Ativos Correntes** decorre da diminuição das disponibilidades num total de 178 milhares de euros.

O **Capital Próprio** aumentou pela incorporação resultado líquido do exercício.

O total do **Passivo** apresenta no final de 2016 o valor de 854 milhares de euros que revela uma redução de 32.4% face ao ano de 2015. Esta redução é decorrente da amortização dos financiamentos obtidos.

## Indicadores

Os indicadores de rentabilidade diminuíram influenciados pelo resultado líquido alcançado em 2016.

Ao nível dos indicadores de Endividamento, Autonomia Financeira e Solvabilidade cresceram respetivamente 0.5p.p e 0.8p.p.



Indicadores	2014	2015	2016	Var.
				p.p.
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	14,10%	29,74%	19,81%	<b>(0,3 p.p.)</b>
Rentabilidade do Ativo (%)	3,24%	9,43%	9,14%	<b>(0,03 p.p.)</b>
Autonomia Financeira (%)	22,96%	31,71%	46,14%	<b>0,5 p.p.</b>
Solvabilidade (%)	29,80%	46,43%	85,65%	<b>0,8 p.p.</b>

## Investimentos

Os investimentos totalizaram um montante total de 45.910 euros, distribuídos da seguinte forma:

Investimentos	2014	2015	2016	(em euros)
				Varição 15/16
<i>Ativos Intangíveis</i>	68 565	37 499	38 627	3,0%
<i>Contadores</i>	55 649	27 732	24 671	(11,0%)
<i>Outros</i>	12 916	9 767	13 955	42,9%
Equipamento Básico			2 523	
Equipamento de transporte				
Equipamento Administrativo		493	1 147	132,6%
Equipamento de transporte	10 016	3 231		(100,0%)
Outros Tangíveis	500	1 466	3 614	146,5%
<b>Total</b>	<b>79 081</b>	<b>42 689</b>	<b>45 910</b>	<b>7,5%</b>

## PERSPETIVAS PARA O FUTURO

O próximo exercício, correspondente ao vigésimo primeiro ano de atividade, será caracterizado, na generalidade, pela continuidade de um conjunto de investimentos constantes do aditamento ao contrato de concessão quer pela Concedente quer pela Concessionária.

Como objetivos gerais foram estabelecidos:

Manter/melhorar a qualidade do serviço prestado aos Municípios do Concelho da Batalha, sem prejuízo dos resultados da empresa;

Melhorar resultado líquido;

Reduzir as perdas técnicas;

Reduzir a percentagem da faturação com consumo Zero;

Manter uma qualidade da água  $\geq 99\%$  (conforme indicador ERSAR);

Como prioridade na gestão da Águas do Lena, no domínio da área económico – financeira, o expectável aumento de rendimentos deverá ser acompanhado pela continuidade no controlo de gastos, sobretudo nos operacionais.

Na vertente técnico operacional, constitui prioridade a continuação do programa de perdas de água, com o objetivo de se obter uma percentagem de perdas  $\leq 19,5\%$ .



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2016, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- A Entidade Concedente – Câmara Municipal da Batalha;
- O Acionista AQUAPOR - Serviços, SA, pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da empresa;
- Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- O Revisor Oficial de Contas e o Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deram provas no seguimento das atividades da empresa;
- Os Membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo empenho posto no exercício das suas funções;
- À entidade reguladora, ERSAR, pela sua exigência e contínua atenção no desempenho da empresa;
- Os Trabalhadores de Águas do Lena, pelo seu notável sentido de serviço e de missão.



## OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2016;
- Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2016;
- A sociedade não tem sucursais.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2016, no montante de 144.808 euros, tenha a seguinte distribuição:

- Um montante de 7.240 euros, correspondentes a 5% do resultado, para reforço da Reserva Legal;
- A importância sobrança, no valor de 137.568 euros para Resultados Transitados.

### O Conselho de Administração



Eng. Paulo Jorge Almeida Oliveira



Dr. José António Ferreira dos Santos



Dr. Joaquim de Jesus Carmo Gomes

Batalha, 16 de março de 2017

## CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016 E RESPETIVO ANEXO

Águas do Lena, S.A.

**BALANÇO**

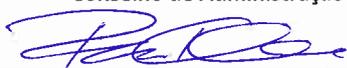
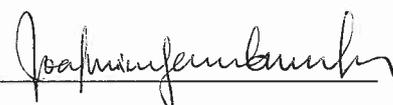
Período findo em 31 de dezembro de 2016

Quantias em Euros

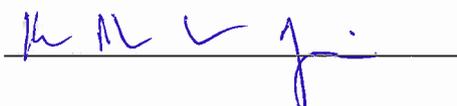
	Notas	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo Não Corrente</b>			
Ativos Fixos Tangíveis	8	27 582	28 494
Ativos Intangíveis	7	465 806	538 509
Outros Investimentos Financeiros		96	37
		493 484	567 040
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários	9	24 645	30 038
Clientes	13.1	198 181	229 500
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	51 590	27 473
Outros Créditos a Receber	13.2	557 371	557 473
Caixa e Depósitos Bancários	4	259 519	437 748
		1 091 306	1 282 232
<b>Total do Ativo</b>		<b>1 584 790</b>	<b>1 849 272</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital Subscrito	13.4	625 000	625 000
Outros Instrumentos de Capital Próprio	13.5	2 568 918	2 568 918
Reservas Legais	15.2	13 562	4 843
Resultados Transitados	15.2	(2 621 143)	(2 786 799)
Resultados Líquidos do Período	15.2	144 808	174 375
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>731 144</b>	<b>586 337</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo Não Corrente</b>			
Provisões	11	8 107	10 508
Financiamentos Obtidos	13.7	361 111	550 000
Outras Dívidas a Pagar	13.3	3 251	4 314
		372 469	564 822
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	13	119 052	188 156
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	49 397	59 768
Financiamentos Obtidos	13.7	83 333	200 000
Outras Dívidas a Pagar	13.3	229 394	250 189
		481 176	698 113
<b>Total do Passivo</b>		<b>853 645</b>	<b>1 262 935</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b>1 584 790</b>	<b>1 849 272</b>



Conselho de Administração

Contabilista Certificado





**Águas do Lena, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA**  
**Período findo em 31 de dezembro de 2016**

Quantias em Euros

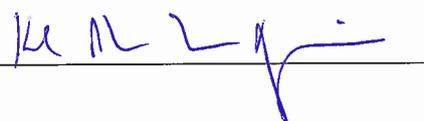
	Notas	31/12/2016	31/12/2015
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e Serviços Prestados	10	1 120 797	1 150 356
Trabalhos para a Própria Entidade	15.9	9 275	11 889
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	(167 449)	(151 077)
Fornecimentos e Serviços Externos	15.3	(420 048)	(448 292)
Gastos com o Pessoal	14	(217 557)	(208 810)
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	13.1	888	2 167
Provisões (Aumentos/Reduções)	11	1 812	650
Outros Rendimentos	15.4	13 172	20 647
Outros Gastos	15.5	(19 875)	(18 191)
<b>Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos</b>		<b>321 015</b>	<b>359 339</b>
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	15.6	(118 345)	(108 996)
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)</b>		<b>202 670</b>	<b>250 343</b>
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	15.7	28 041	30 590
Juros e Gastos Similares Suportados	15.8	(43 873)	(54 299)
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>186 838</b>	<b>226 634</b>
Impostos sobre o Rendimento do Período	12	(42 031)	(52 259)
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>144 808</b>	<b>174 375</b>



Conselho de Administração




Contabilista Certificado



	Capital Realizado	Outros Instrumentos de Capital	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total de Capital Próprio
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015</b>	625 000	2 568 918	1 939	(2 841 972)	58 077	411 962
<b>APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>						
Constituição da Reserva Legal			2 904	55 173	(58 077)	2 904
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados			2 904	55 173	(58 077)	(2 904)
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>						
3						
4					174 375	174 375
5=3+4					174 375	174 375
6						
7=1+2+3+4+6	625 000	2 568 918	4 843	(2 786 799)	174 375	586 337
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015</b>	625 000	2 568 918	4 843	(2 786 799)	174 375	586 337
<b>APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>						
Constituição da Reserva Legal			8 719	165 656	(174 375)	8 719
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados			8 719	165 656	(174 375)	(8 719)
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>						
9						
10					144 808	144 808
11=9+10					144 808	144 808
12						
13=7+8+9+10+12	625 000	2 568 918	13 562	(2 621 143)	144 808	731 144

Conselho de Administração

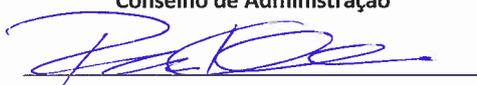
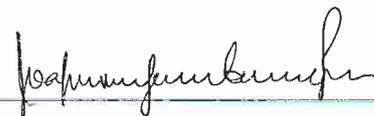
Contabilista Certificado

Águas do Lena, S.A.  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
Período findo em 31 de Dezembro de 2016

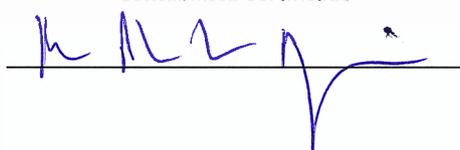
	Quantias em Euros	
	31/12/2016	31/12/2015
<b>Fluxo de caixa das Atividades operacionais - método directo</b>		
Recebimentos de Clientes	1 797 486	1 784 912
Pagamentos a Fornecedores	(782 896)	(677 245)
Pagamentos ao Pessoal	(202 608)	(183 291)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>811 982</b>	<b>924 374</b>
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	(52 002)	(9 198)
Outros recebimentos / pagamentos	(580 294)	(536 570)
<b>Fluxo de caixa das Atividades operacionais (1)</b>	<b>179 686</b>	<b>378 607</b>
<b>Fluxo de caixa das Atividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos Fixos Tangíveis	(15 369)	(1 804)
Ativos Intangíveis	-	(11 769)
	<b>(15 369)</b>	<b>(13 573)</b>
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Investimentos financeiros	-	-
Juros e rendimentos similares	1 050	771
	<b>1 050</b>	<b>771</b>
<b>Fluxo de caixa das Atividades de investimento (2)</b>	<b>(14 318)</b>	<b>(12 801)</b>
<b>Fluxo de caixa das Atividades de financiamento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	500 000	(200 000)
	<b>500 000</b>	<b>(200 000)</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	(805 556)	-
Juros e gastos similares	(38 041)	(50 128)
	<b>(843 597)</b>	<b>(50 128)</b>
<b>Fluxo de caixa das Atividades de financiamento (3)</b>	<b>(343 597)</b>	<b>(250 128)</b>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>(178 229)</b>	<b>115 677</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	437 748	322 071
Caixa e seus equivalentes no fim do período	259 519	437 748



Conselho de Administração

Contabilista Certificado





Águas do Lena, S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

## ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros  
exceto quando expressamente indicado de outra forma)

### 1. Identificação da Entidade

A Águas do Lena, Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento de Água do Concelho da Batalha, S.A., é uma sociedade anónima constituída em dezembro de 1996, tendo como objeto social a exploração e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público do Concelho da Batalha.

A empresa tem a sua sede na Rua Infante Dom Fernando, Lote 10, Batalha, Portugal.

O capital social da Empresa é detido exclusivamente (100%) pela Aquapor – Serviços, S.A., com sede em Lisboa.

#### Atividade Concessionada

Em 24 de janeiro de 1997 foi celebrado o Contrato de Concessão entre a Câmara Municipal da Batalha e a Águas do Lena, S.A., pelo prazo de 15 anos e mediante uma renda total de 2.294.470 Euros. Após a assinatura do Contrato, e durante um período de 60 dias, decorreu o designado “Período de Transição” onde se procedeu ao diagnóstico e reconhecimento do funcionamento dos Serviços Municipais.

O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal) teve início no dia 24 de março de 1997. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas do Lena.

No termo do Contrato, a propriedade de todos os bens, infraestruturas, instalações e equipamentos (com exceção dos stocks de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas utensílios integrados nos Sistemas e ou afetos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efetuado.

No início desta concessão, parte das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços objeto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente.

De acordo com contrato de concessão, estas infraestruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou diretamente pelos mesmos, estes ativos não são registados no Balanço da Empresa.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas infraestruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão os seguintes valores: 1º e 2º anos: 498.798 Euros; 3º ano e seguintes: 99.760 Euros, sendo atualizada anualmente pela aplicação do IPC.

Em dezembro de 2010 foi estabelecida, entre a Águas do Lena, S.A. e a Câmara Municipal da Batalha, uma Adenda ao Contrato de Concessão, com um conseqüente acréscimo de 8 anos no Contrato, vigorando este até fevereiro de 2020.

## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras de 2016 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

## 3. Principais políticas contabilísticas

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação – Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das infraestruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das infraestruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis.

*[Handwritten signatures and initials]*

Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas do risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros.

E desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um teto no retorno da concessão. Mas que não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um ativo intangível.

Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

**(a) Ativos Fixos Tangíveis**

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Os Ativos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a pretendida, utilizando o método da linha reta.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2016	2015
Edifícios e outras construções	10%	10%
Equipamento Básico	12,50%	12,50%
Equipamento de Transporte	25%	25%
Equipamento Administrativo	10% – 33,33%	10% – 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12,50%	12,50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do Ativo Fixo Tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

### Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera -se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;

- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

### (b) Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

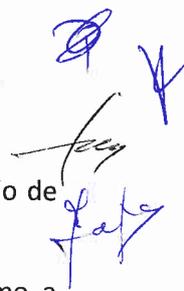
Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta, exceto para os Direitos de Concessão e Outros em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água).

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2016	2015
Direitos de Concessão	23,68%	19,28%
Propriedade industrial	33,33%	33,33%
Outros	23,68%	19,28%



O gasto com amortizações de Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a alguns dos tipos de Ativos Intangíveis:

#### **(b.1) Direitos de Concessão relacionados com a atividade concessionada**

Para os bens (que se materializaram em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão, normalmente fazer-se pelo prazo da concessão.

As amortizações são calculadas pelo método das Unidades de Produção (caudais de água), isto é pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

#### **(c) Ativos e Passivos por Impostos Diferido e Imposto sobre o Rendimento do Período**

##### **(c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos**

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

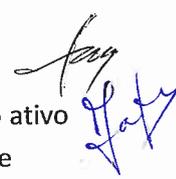
Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.



**(c.2) Imposto sobre o Rendimento**

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,2% sobre o Lucro Tributável, de onde resulta uma taxa agregada máxima de 22,2%. Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja superior a 7,5 e inferior a 35 milhões e uma taxa de 7% acima destes montante, o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 25,2% e os 27,20%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

**(d) Inventários**

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio

(\*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;



- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

### (e) Ativos Financeiros

Os Ativos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os Ativos Financeiros são valorizados ao custo líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a empresa avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar -se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

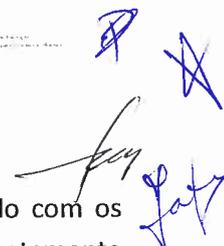
Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros.

#### (e.1) Acionistas/Sócios

Os empréstimos a acionistas encontram-se valorizados ao custo menos imparidade determinada com base nos critérios definidos na alínea e).



### (e.2) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea m) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

### (e.3) Outras Contas a Receber

As outras contas a receber incluem:

- Devedores por acréscimos de rendimentos;
- Outros devedores;

e encontram-se valorizadas ao custo menos imparidade:

A imparidade, em ambos os casos é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

### (e.4) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço.

### (f) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

### (g) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

## **(h) Rubricas dos Capitais Próprios**

### **(h.1) Capital Subscrito**

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

### **(h.2) Outros instrumentos de capital próprio**

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

### **(i) Provisões**

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas às Provisões:

#### **(i.1) Provisões para investimentos de substituição**

Esta rubrica inclui uma provisão para investimentos de substituição. A empresa, vai reconhecendo nas suas contas, o montante a utilizar no futuro, para a reparação e reposição em bom estado de todos os seus equipamentos.

### **(j) Outros Passivos Financeiros**

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

#### **(j.1) Financiamentos Obtidos**

Os financiamentos estão valorizados ao custo.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

### (j.2) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

### (j.3) Outros Créditos a Pagar

Os outros créditos a pagar encontram-se valorizadas ao custo e incluem:

- Fornecedores de investimento;
- Credores por acréscimos de gastos; e
- Outros credores

### (l) Efeito das alterações das taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

### (m) Vendas e Prestações de Serviço

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidas.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação

tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Vendas e Prestações de Serviços.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

### (m.1) Vendas

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

### (m.2) Prestações de Serviços

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

### (n) Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

#### (n.1) Férias e Subsídio de Férias

De acordo com a legislação laborar em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## (n.2) Benefícios de Cessação de Emprego

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano incluía, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

## (o) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados com empréstimos mensurados ao custo.

## (p) Ativos e Passivos Contingentes

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.



Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,
- ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
  - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
  - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

#### (q) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

### 3.1 Juízos de valor

#### (a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.

#### (b) Impostos Diferidos Ativos

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

### 3.2 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos fatos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

#### (a) Imparidade de Ativos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental
- Inflação no preço das matérias-primas
- Margem bruta
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

#### (b) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

**(c) Provisões**

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

**4. Fluxos de Caixa**

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2016	2015
Caixa	400	305
Depósitos à Ordem	115 119	297 444
Depósitos a Prazo	144 000	140 000
	<b>259 519</b>	<b>437 748</b>

**5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

**6. Partes Relacionadas:**

As entidades relacionadas da Empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
Aquapor Serviços	Gestão de Participações	Lisboa
Luságua Alcanena	Distribuição de Água	Município de Alcanena
Luságua Serviços Ambientais	Tratamento de Águas Residuais	Prest. Serviços em vários locais do Continente

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A, com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Águas do Lena, S.A. correspondente a 100% do capital.

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Parte relacionada	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que a Águas do Lena presta / Transações que faz	Serviços que a Águas do Lena recebe / Transações que recebe
Aquapor Serviços	-	Assistência técnica, aluguer de equipamento, honorários de administrativos e apoio comercial.
Luságua Alcanena	-	Ocupação de espaço
Luságua Serviços Ambientais	-	Análises de Laboratório e trabalhos de manutenção.

A quantia das transações e os saldos pendentes com as partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviço	Compras de Serviços	Compras de Bens	Contas a Receber	Contas a pagar	Acionistas
Aquapor Serviços	2016	26 104	136 547	-	4 699	56 596	500 000
	2015	27 296	137 991	-	14 863	70 837	500 000
Luságua Serviços Ambientais	2016	-	17 894	-	-	6 792	-
	2015	-	14 526	-	-	6 630	-
Águas da Azambuja	2016	-	-	-	-	630	-
	2015	-	-	-	-	630	-
Luságua Alcanena	2016	70	16 513	-	-	5 540	-
	2015	-	22 035	-	-	14 177	-

As remunerações do pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2016	2015
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	31 870	31 255
Total de remunerações	<b>31 870</b>	<b>31 255</b>

## 7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Direito de Utilização	Propriedade Industrial	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
<b>Custo:</b>					
<b>1 de janeiro de 2015</b>	3 332 214	294	67 625	79 622	3 479 755
Aumentos	1 479	-	-	36 020	37 499
Transferências	27 931	-	-	(27 931)	-
Abates	(4 215)	-	-	-	(4 215)
<b>31 de dezembro de 2015</b>	3 357 409	294	67 625	87 711	3 513 038
Aumentos	6 715	-	-	31 912	38 627
Transferências	119 623	-	-	(119 623)	-
Abates	(5 059)	-	-	-	(5 059)
<b>31 de dezembro de 2016</b>	<b>3 478 688</b>	<b>294</b>	<b>67 625</b>	<b>0</b>	<b>3 546 607</b>

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

	Direito de Utilização	Propriedade Industrial	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
<b>Amortizações e Imparidade:</b>					
<b>1 de janeiro de 2015</b>	2 817 127	294	57 849	-	2 875 270
Amortizações	99 961	-	1 885	-	101 846
Abates	(2 588)	-	-	-	(2 588)
<b>31 de dezembro de 2015</b>	2 914 500	294	59 734	-	2 974 528
Amortizações	108 639	-	1 869	-	110 507
Abates	(4 236)	-	-	-	(4 236)
<b>31 de dezembro de 2016</b>	<b>3 018 904</b>	<b>294</b>	<b>61 603</b>	-	<b>3 080 801</b>
<b>Valor líquido contabilístico:</b>					
A 31 de Dezembro de 2016	459 784	-	6 022	0	465 806
A 31 de Dezembro de 2015	442 909	-	7 891	87 711	538 509
A 1 de Janeiro de 2015	515 087	-	9 776	79 622	604 483

Parte do saldo da rubrica 'Ativo Intangível – Direitos de Concessão' é referente ao Direito de Concessão detido pela empresa e tem como contrapartida a rubrica 'Outros Credores – Câmara Municipal da Batalha'.

## 8. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Ativos Tangíveis em curso	Total Ativos Tangíveis
<b>Custo:</b>							
<b>1 de janeiro de 2015</b>	19 525	78 252	33 852	89 640	9 113	15 390	245 774
Aumentos	-	-	3 231	493	1 466	-	5 190
Transferências	15 390	-	-	-	-	(15 390)	-
Abates	-	-	(17 893)	(527)	-	-	(18 420)
<b>31 de dezembro de 2015</b>	34 916	78 252	19 191	89 606	10 580	-	232 545
Aumentos	-	2 523	-	1 147	3 614	-	7 284
Abates	-	(1 122)	-	(737)	-	-	(1 859)
<b>31 de dezembro de 2016</b>	<b>34 916</b>	<b>79 653</b>	<b>19 191</b>	<b>90 016</b>	<b>14 194</b>	-	<b>237 970</b>

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Ativos Tangíveis em curso	Total Ativos Tangíveis
<b>Amortizações e Imparidade:</b>							
<b>1 de janeiro de 2015</b>	19 525	74 245	25 879	87 059	8 615	-	215 323
Amortizações	1 924	973	2 598	1 392	262	-	7 149
Abates	-	-	(17 893)	(527)	-	-	(18 420)
<b>31 de dezembro de 2015</b>	21 449	75 218	10 584	87 924	8 877	-	204 052
Amortizações	1 924	1 031	3 312	963	610	-	7 839
Abates	-	(766)	-	(737)	-	-	(1 502)
<b>31 de dezembro de 2016</b>	<b>23 373</b>	<b>75 483</b>	<b>13 896</b>	<b>88 150</b>	<b>9 487</b>	-	<b>210 388</b>

<b>Valor líquido contabilístico:</b>							
A 31 de Dezembro de 2016	11 543	4 170	5 295	1 866	4 707	-	27 582
A 31 de Dezembro de 2015	13 467	3 034	8 607	1 682	1 703	-	28 494
A 1 de Janeiro de 2015	-	4 007	7 973	2 581	498	15 390	30 453



Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	2016	2015
contratos de aluguer de viaturas	29 087	31 528
	<b>29 087</b>	<b>31 528</b>

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2016	2015
	Valor Presente	Valor Presente
Não mais de um ano	17 747	9 022
Mais de um ano e não mais de cinco anos	11 340	22 506
<b>Total dos Pagamentos</b>	<b>29 087</b>	<b>31 528</b>

## 9. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2015	2014
Matérias primas, Subs. e de Consumo	24 645	30 038
	<b>24 645</b>	<b>30 038</b>

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se no quadro seguinte:

### Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências em 1 de janeiro de 2015	30 475
Compras	150 845
Imparidades	-
Regularização de inventários	(205)
Existências em 31 de dezembro de 2015	(30 038)
	<b>151 077</b>
Existências em 1 de janeiro de 2016	30 038
Compras	162 227
Regularização de inventários	(171)
Existências em 31 de dezembro de 2016	(24 645)
	<b>167 449</b>

*PK*  
*fev*  
*July*

## 10. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2016	2015
Vendas		
Produtos Acabados e Intermédios		
Água	730 367	764 034
Quota Serviço Água	326 578	320 220
	<b>1 056 945</b>	<b>1 084 254</b>
Prestações de Serviços		
Serviços		
Abertura Água	16 388	15 653
Abertura Ramais Água	12 653	13 997
Outros	34 811	36 451
	<b>63 853</b>	<b>66 102</b>
	<b>1 120 797</b>	<b>1 150 356</b>

A rubrica 'Outros' de Prestações de Serviços engloba Reparações Domiciliárias, Conservação de Contadores / Ramais de Água, Diversos e Outros Serviços.

O valor das vendas e prestações de serviços são referentes ao mercado interno.

## 11. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

O movimento ocorrido nas provisões, por cada natureza de provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimento de Substituição
A 1 de Janeiro de 2015	12 815
Reversões do ano	(650)
Ajustamento temporal	(1 658)
A 31 de Dezembro de 2015	<b>10 507</b>
A 1 de Janeiro de 2016	10 507
Aquisição de uma Subsidiária	
Utilizações no ano	
Reversões do ano	(1 812)
Ajustamento temporal	(589)
A 31 de Dezembro de 2016	<b>8 107</b>

Esta rubrica inclui uma provisão para investimentos de substituição. A empresa vai reconhecendo nas suas contas o montante a utilizar no futuro, para a reparação e reposição em bom estado de todos os seus equipamentos. Os montantes são atualizados anualmente pelo IPC.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## 12. Imposto sobre o Rendimento

O Gasto (rendimento) por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2016	2015
Imposto Corrente		
IRC do ano	42 031	52 259
	<b>42 031</b>	<b>52 259</b>

Não foram reconhecidos no ano quaisquer ajustamentos de impostos correntes de exercícios anteriores sendo que a taxa de IRC manteve a 21%.

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes de impostos	186 836	226 634		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,5%	22,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	42 038	50 993	22,50%	22,50%
Menos Valias Fiscais	1 274	1 686		
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	1 812	650		
	3 086	2 336	(4%)	(4%)
Menos Valias Contabilísticas	1 180	1 627		
Provisões para além limites legais	1 869	6 077		
	3 048	7 704	(4%)	(5%)
Lucro tributável	186 798	232 000		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	39 228	48 720	21%	21%
Tributação autónoma	561	755	0%	0%
Derrama	2 242	2 784	1%	1%
	2 803	3 539	1%	2%
Imposto sobre o rendimento	<b>42 031</b>	<b>52 259</b>	<b>22%</b>	<b>23,07%</b>

## 13. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

Instrumentos Financeiros Ativos	2016	2015
Corrente		
Cientes		
Custo	250 313	282 519
Imparidade	(52 131)	(53 020)
	198 181	229 500
Outros Créditos a Receber	557 371	557 473
	<b>755 552</b>	<b>786 973</b>

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Instrumentos Financeiros Passivos		2016	2015
<b>Não corrente</b>			
Financiamentos Obtidos		361 111	550 000
Outras Dívidas a Pagar		3 251	4 314
		<b>364 362</b>	<b>554 314</b>
<b>Corrente</b>			
Fornecedores			
Gerais		40 538	84 357
Partes Relacionadas		69 558	92 274
Faturas em receção e conferência		8 956	11 525
		<b>119 052</b>	<b>188 156</b>
Financiamentos obtidos			
Descobertos bancários		83 333	200 000
Outras Dívidas a Pagar		229 394	250 189
		<b>431 779</b>	<b>638 345</b>
<b>Instrumentos de Capital</b>		<b>2016</b>	<b>2015</b>
Capital		625 000	625 000
Outros instrumentos de capital		2 568 918	2 568 918
		<b>3 193 918</b>	<b>3 193 918</b>

### 13.1 Clientes

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	Dívida vencida				
			< 60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	121-180 Dias	> 180 Dias
Ano 2016	250 313	157 356	38 762	4 578	(2 124)	6 231	45 509
Ano 2015	282 519	175 527	74 324	4 381	7 089	(1 214)	22 412

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço do Ano	Utilizações	Reversões	Saldo Final
<b>Exercício de 2016</b>					
Clientes	53 020	-	0	(888)	52 131
	<b>53 020</b>	<b>-</b>	<b>0</b>	<b>(888)</b>	<b>52 131</b>
<b>Exercício de 2015</b>					
Clientes	55 187	2 953	-	(5 121)	53 020
	<b>55 187</b>	<b>2 953</b>	<b>-</b>	<b>(5 121)</b>	<b>53 020</b>

*Handwritten signature and initials*

### 13.2 Outros créditos a receber

O saldo de Outros Créditos a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Outros Créditos a Receber		
Acionistas	500 000	500 000
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros Depósitos à Ordem	415	602
Venda de Água	45 778	49 585
Outros	3 972	79
Outros devedores		
Outros	7 206	7 206
	<b>557 371</b>	<b>557 473</b>

### 13.3 Outras dívidas a pagar

O saldo de Outras Dívidas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Outras Dívidas a Pagar - não corrente		
Outros credores		
CM Batalha - Renda Concessão	3 251	4 314
	<b>3 251</b>	<b>4 314</b>
Outras Dívidas a Pagar - corrente		
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	27 818	26 552
Juros Encargos Liquidar	-	6 962
Electricidade	8 114	6 875
Compra de Água	2 721	2 233
Diversos	7 095	6 448
Outros credores		
CM Batalha tarifas de saneamento	110 322	107 401
CM Batalha resíduos	54 638	51 901
CM Batalha - renda Concessão	2 167	2 157
Outros	16 518	39 659
	<b>229 394</b>	<b>250 189</b>

### 13.4 Capital

As quantias do capital social nominal e do capital social por realizar são as indicadas no quadro seguinte:

	2016	2015
Capital social nominal emitido		
Capital social nominal emitido e realizado		
Aquapor - Serviços S.A.	625.000	625.000
	<b>625.000</b>	<b>625.000</b>

O capital social emitido é composto por 125.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.

*Handwritten signatures and initials: "fate" and "X"*

### 13.5 Outros Instrumentos de Capital Próprio

Os Outros Instrumentos de Capital Próprio respeitam a prestações suplementares, como se segue:

	2016	2015
Outros instrumentos de capital próprio		
Prestações Suplementares	2.568.918	2.568.918
	<b>2.568.918</b>	<b>2.568.918</b>

### 13.6 Compromissos Financeiros não incluídos no Balanço

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2016:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
98/189/50466	BPI	2.500	Cartões Galp frota	Petrogal	Cartões
9140.001409.882.0019	CGD	428.966	CMB	Câmara Municipal da Batalha	Concessão

A empresa tem ainda subjacente ao seu Contrato de Financiamento Mútuo com a Caixa Geral de Depósitos uma Garantia de 500.000 euros em que as entidades garantes são a Lisgarante, Norgarante e Garval.

### 13.7 Financiamentos

Os financiamentos não correntes e correntes discriminam-se como se segue:

	2016	2015
<b>Não correntes</b>		
Empréstimos bancários		
Banco Popular	361 111	550 000
	<b>361 111</b>	<b>550 000</b>
<b>Correntes</b>		
Empréstimos bancários		
Banco Popular	83 333	200 000
	<b>83 333</b>	<b>200 000</b>

### 13.8 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
- ▶ Risco de taxa de juro
- ▶ Risco de taxa de câmbio
  
- ▶ Outros riscos de preço
  - Risco de crédito
  - Risco de liquidez



A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

#### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro é diminuta, uma vez que não tem contratados empréstimos bancários. A Empresa utiliza apenas um descoberto bancário para fazer face às dificuldades de tesouraria.

No entanto, consideramos que face aos montantes envolvidos, os possíveis impactos são imateriais.

#### Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – Clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar.

### 14. Gastos com Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2016	2015
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remunerações do Pessoal	169 827	162 244
Encargos sobre Remunerações	35 377	33 813
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1 959	1 677
Gastos de ação social	6 776	7 448
Outros gastos com o Pessoal	3 617	3 627
	<b>217 557</b>	<b>208 810</b>

Durante o ano de 2016 o número médio de empregados ao serviço da Empresa foi de 14 (2015: 14 pessoas).

### 15. Outras Informações

#### 15.1 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Saldo a Receber		
Imposto sobre o rendimento		
Retenções Imposto sobre Rendimento	350	257
IVA	48 989	22 565
Outros Impostos	2 251	4 651
	<b>51 590</b>	<b>27 473</b>
Saldo a Pagar		
Imposto sobre o rendimento	42 031	52 259
Retenções Imposto sobre Rendimento	1 018	1 068
Contribuição para a Segurança Social	3 782	3 721
Outras Tributações	2 567	2 721
	<b>49 397</b>	<b>59 768</b>

*Handwritten signature and initials*

## 15.2 Reservas e Resultados

A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de janeiro de 2015	1 939	(2 841 972)	58 077	(2 781 956)
Remanescente da aplicação de Resultados	2 904	55 173	(58 077)	-
Resultado do ano	-	-	174 375	174 375
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>4 843</b>	<b>(2 786 799)</b>	<b>174 375</b>	<b>(2 607 581)</b>
Saldo em 1 de janeiro de 2016	4 843	(2 786 799)	174 375	(2 607 581)
Aplicação de resultados	8 719	165 656	(174 375)	-
Resultado do ano	-	-	144 808	144 808
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>13 562</b>	<b>(2 621 143)</b>	<b>144 808</b>	<b>(2 462 774)</b>

## 15.3 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Subcontratos	19 186	22 867
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	144 445	144 976
Publicidade e propaganda	170	150
Vigilância e segurança	2 094	2 101
Honorários	2 520	2 725
Comissões	743	712
Conservação e reparação	42 579	60 043
Outros	784	483
Materiais		
Ferramentas e utensílios	214	395
Material de escritório	2 512	2 140
Energia e fluídos		
Eletricidade	82 716	88 236
Combustíveis	12 470	11 145
Água	487	51
Outros Fluidos	5 960	4 415
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	241	343
Transportes de Mercadorias	288	22
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	32 043	27 683
Comunicação	43 740	50 272
Seguros	7 410	7 489
Contencioso e notariado	2 682	4 628
Despesas de representação	28	178
Limpeza, higiene e conforto	2 826	3 157
Outros	13 909	14 078
	<b>420 048</b>	<b>448 292</b>

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

### 15.4 Outros Rendimentos

A rubrica Outros Rendimentos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Rendimentos Suplementares		
TRH	5 221	4 858
Outros	2 252	3 783
Ganhos em Inventários	-	4
Imputação de Subsídios para Investimentos	-	37
Outros não especificados	5 699	11 965
	<b>13 172</b>	<b>20 647</b>

### 15.5 Outros Gastos

A rubrica Outros Gastos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Impostos	11 912	12 153
Dívidas incobráveis	6 257	4 192
Perdas em Inventários	171	209
Abates	1 180	1 627
Outros		
Outros Não Especificados	355	10
	<b>19 875</b>	<b>18 191</b>

### 15.6 Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização

A rubrica Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Gastos de depreciação e de amortização		
Ativos Fixos Tangíveis	7 839	7 149
Ativos Intangíveis	110 507	101 846
	<b>118 345</b>	<b>108 996</b>

### 15.7 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

A rubrica Juros e Rendimentos Similares Obtidos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Juros Obtidos		
De Depósitos	1 213	1 497
De Financiamentos concedidos	26 104	27 296
Atraso de pagamento de clientes	78	113
Outros Rendimentos Similares	646	1 684
	<b>28 041</b>	<b>30 590</b>

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

### 15.8 Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica Juros e Gastos Similares Suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Juros Suportados		
Empréstimos Bancários	29 892	46 015
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Serviços Bancários	8 540	2 817
Comissões Garantias	5 437	5 467
Renda ao concedente	4	
	<b>43 873</b>	<b>54 299</b>

### 15.9 Trabalhos para a Própria Empresa

A rubrica Trabalhos para a Própria Empresa decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Trabalhos para a Própria Empresa		
Ativos Intangíveis	9 275	11 889
	<b>9 275</b>	<b>11 889</b>

### 16. Aspetos Ambientais

Em 2016 a sociedade não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.

Em 2016 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

### 17. Acontecimentos após a data do Balanço

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 16 de março de 2017. Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo conselho de Administração. Desde 31 de dezembro de 2016 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

### 18. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º

328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no n.º2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2016, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;
- c) Na Nota 1 deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º e 448º do CSC;
- d) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2016, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2017, nos prazos legais.

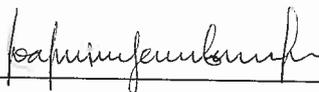
**Conselho de Administração**



---



---



---

**Contabilista Certificado**



---

## Certificação Legal das Contas

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Águas do Lena, S.A., (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 1.584.790 euros e um total de capital próprio de 731.144 euros, incluindo um resultado líquido de 144.808 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Águas do Lena, S.A., em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

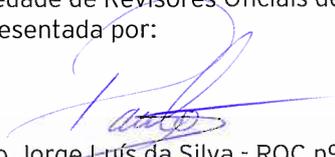
## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 17 de março de 2017

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva - ROC nº 1334  
Registado na CMVM com o nº 20160944

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Águas do Lena, Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento de Água do Concelho da Batalha, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da Empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Empresa;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos acionistas e dos colaboradores da Empresa;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal das contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

## Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização da Águas do Lena, Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento de Água do Concelho da Batalha, S.A. nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2016 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2016 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 31 de dezembro de 2016, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 17 de março de 2017

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)  
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva - ROC nº 1334  
Registado na CMVM com o nº 20160944